



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA EM LETRAS/LÍNGUA PORTUGUESA**

CLECIANE MARIA DA SILVA

**EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO:
DIDATIZAÇÃO DE SABERES NO ENSINO BÁSICO**

Delmiro Gouveia
2021

CLECIANE MARIA DA SILVA

**EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO:
DIDATIZAÇÃO DE SABERES NO ENSINO BÁSICO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do curso de Letras/Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas-*Campus* do Sertão como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Letras/ Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos.

Delmiro Gouveia
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586e Silva, Cleciane Maria da

Educação no trânsito: didatização de saberes no ensino básico /
Cleciane Maria da Silva. – 2021.
69 f. : il.

Orientação: Cezar Alexandre Neri Santos.
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal
de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação. 2. Educação para o trânsito. 3. Educação básica. 4. Ensino e aprendizagem. 5. Didatização. I. Santos, Cezar Alexandre Neri. II. Título.

CDU: 81:37.035

CLECIANE MARIA DA SILVA

**EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO:
DIDATIZAÇÃO DE SABERES NO ENSINO BÁSICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão como exigência parcial para a obtenção do grau de licenciada em Letras/Língua Portuguesa.

Delmiro Gouveia, 18 de novembro de 2021.

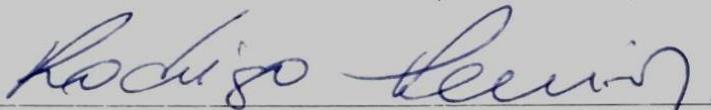
Nota Final: **9,5 (nove pontos e cinco décimos)**

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos (UFAL/Campus do Sertão)

Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima (UFAL/Campus do Sertão)



Prof. Dr. Rodrigo Pereira (UFAL/Campus do Sertão)

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram ao longo desta jornada, nos momentos bons e ruins. Aos meus dois irmãos que morreram: sei que estariam felizes com a minha graduação. Meus queridos pais, pelo exemplo de coragem e simplicidade, e com muito carinho me ensinaram o caminho da justiça e honestidade. Meus queridos filhos, Maria e João, que foram fonte para as minhas determinações.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso, que me socorreu espiritualmente, dando-me sabedoria e forças para continuar.

Ao professor Cezar Neri, meu orientador, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, pelo seu incansável e permanente encorajamento, pela disponibilidade dispensada e sugestões que foram preciosas para a concretização desta monografia.

A Maria Luyza e João Cleiton, meus filhos, que são meu alicerce de mulher destemida, incansável e emancipada em busca dos meus objetivos.

A minha mãe, meu pai, meus irmãos, amigos com eles compartilho a realização deste trabalho que é um dos momentos mais importante da minha vida.

A todos da UFAL-*Campus* do Sertão que foram como uma família durante o período de curso. A meus amigos de curso e trabalho que contribuíram para o meu crescimento e aprendizagem. Agradeço especialmente aos professores, pelo desempenho e pelo incentivo para que continuasse lutando com garra e com coragem!

*“Esperançar é se levantar,
Esperançar é ir atrás,
Esperançar é construir,
Esperançar é não desistir”*

Paulo Freire. In: *Pedagogia da Esperança*(1992)

RESUMO

A Educação para o Trânsito se justifica por formar cidadãos conscientes e comprometidos com a harmonia e a segurança no trânsito, capazes de abrandar riscos de acidentes ao (re)conhecer regras sociais, ação a ser iniciada desde os primeiros anos de vida escolar. Neste sentido, ao compreender o papel basilar da escola nesse processo, o presente estudo, como um estudo de caso, apresenta uma sequência didática especialmente montada para o componente curricular Linguagens e Códigos, mas de natureza interdisciplinar, voltada para o nível do Ensino Fundamental sobre sinalizações de trânsito. Possui caráter qualitativo, de análise bibliográfica, documental, dialética e construtiva, que contextualiza a temática no âmbito do sertão nordestino, especialmente sua zona urbana. A literatura selecionada abrangeu palavras-chave como educação, trânsito, multiletramento e sequência didática. A sequência didática está composta em três fases – checagem do conhecimento prévio; aplicação do conteúdo; e (auto-)avaliação. Espera-se, a partir das experiências pessoais como agente formadora no Programa de Educação para o Trânsito e das experiências acadêmico-profissionais adquiridas durante o curso de Letras, auxiliar no processo de ensino-aprendizagem em nível básico.

Palavras-chave: Trânsito. Ensino-aprendizagem. Sequência didática. Língua(gem). Temas transversais.

ABSTRACT

Traffic Education is justified by forming aware citizens committed to harmony and safety in traffic, able to mitigate accident risks by (re)knowing social rules, an action to be started since the early years of school life. In this sense, by understanding the fundamental role of the school in this process, the present study, as a study case, presents a didactic sequence especially assembled for the curricular component Languages and Codes, but of an interdisciplinary nature, aimed at the elementary school level about traffic signs. It has a qualitative, bibliographic, documental, dialectic, and constructive analysis, which contextualizes the theme in the northeastern countryside, especially its urban area. The literature selected covered keywords such as education, traffic, multiliteracies and didactic sequence. The didactic sequence is composed of three phases - checking prior knowledge; application of the content; and (self)evaluation. It is expected, based on personal experiences as a training agent in the Traffic Education Program and on the academic-professional experiences acquired during the Languages undergraduate course, to help in the teaching-learning process at a basic level.

Keywords: Traffic. Teaching-learning process. Didactic sequence. Language. Transversal themes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acidentes de Transporte Terrestre - ATT

Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Código de Trânsito Brasileiro – CTB

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

Sistema Nacional de Trânsito – SNT

Sistema Único de Saúde – SUS

Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT

Tecnologia da Informação e da Comunicação –TIC

Temas Contemporâneos Transversais – TCT

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Delmiro Gouveia em relação ao Estado de Alagoas e Estados circunvizinhos.....	15
Figura 2 – Perímetro urbano de Delmiro Gouveia.....	17
Figura 3 – Foto panorâmica parcial da Rua Floriano Peixoto no Centro.....	18
Figura 4 – Registro fotográfico parcial da Avenida Presidente Castelo Branco/Calçadão.....	18
Figura 5 – Número de veículos em Delmiro Gouveia.....	19
Figura 6 –Palestra Educativa de trânsito com crianças da pré-escola da Escola Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz.....	25
Figura 7 – Crianças praticando as normas de trânsito na Escola Municipal de Educação Infantil Maçom Sebastião Cordeiro, Atividade simulação de trânsito.....	26
Figura 8 – Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva.....	28
Figura 9 – Cartilha do condutor.....	34
Figura 10 - Temas Contemporâneos Transversais (TCT).....	37
Figura 11 – Fluxograma de uma proposta de Sequência didática.....	39
Figura 12 – Sinalizações de trânsito vertical.....	41
Figura 13 – Sinalizações de trânsito Horizontais.....	42
Figura 14– Placas sinalizadoras de trânsito.....	42
Figura 15 – Cartilha Educação para o Trânsito.....	44
Figuras 16 – Cartilha Turma da Mônica.....	44
Figura 17 – Vídeo explicativo sobre Trânsito.....	45
Figura 18-Sinalizações de trânsito vertical na cidade de Delmiro Gouveia.....	49
Figura 19 – Sinalizações horizontais na cidade de Delmiro Gouveia.....	49
Figura 20 – Cordel de Trânsito 1.....	50
Figura 21– Cordel de Trânsito 2.....	51
Figura 22 – Apresentação dos temas.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM DELMIRO GOUVEIA-AL: ANTECEDENTES E OBJETIVOS	14
2.1 DELMIRO GOUVEIA-AL: DADOS FÍSICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERTÃO ALAGOANO.....	14
2.2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: CARACTERIZAÇÃO, RELATÓRIO DE AÇÕES, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES.....	19
2.3 AGENTES PÚBLICOS E O SISTEMA EDUCACIONAL.....	24
3 PRÁTICAS DE LEITURA E DE ESCRITA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	30
3.1 LETRAMENTOS: DISCUSSÕES SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA.....	30
3.2 GÊNEROS TEXTUAIS VOLTADOS AO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	31
4 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO COMO TEMA TRANSVERSAL NO PROCESSO ESCOLAR	35
4.1 TRÂNSITO COMO TEMA TRANSVERSAL NA ESCOLA.....	35
4.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CONCEITO, FUNÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	38
4.2.1 PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	40
4.2.2 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTA RITA E NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA DULCE CAVALCANTE FEITOZA.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A: Avaliação diagnóstica	61
APÊNDICE B: Atividade de fixação	63
APÊNDICE C: Atividade de revisão	65
ANEXO A: LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	67

1 INTRODUÇÃO

A língua(gem), como um instrumento de intercompreensão, direciona atos e comportamentos sociais. Seja pela modalidade escrita, oral ou multimídia, registram memórias de eventos e de feitos, é formada por códigos diversos, e a vida em sociedade se materializa por meio dela. Nessa pesquisa, focamos na configuração que as sinalizações de trânsito, formadas por códigos e por sinais próprios, a exemplo de placas de trânsito, sinais sonoros, luminosos e pinturas nas vias, permitem a organização dessas relações sociais.

As sinalizações de trânsito estão inclusas no tema geral Educação para o Trânsito, cuja Resolução nº 638, de 30 de novembro de 2016, define, em seu artigo 11, como “[...] a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias, por meio do aprendizado de normas e condutas de respeito à vida e ao meio ambiente, visando sempre o trânsito seguro” (CONTRAN, 2016). Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito, o cidadão deveria ter acesso a tais discussões já na pré-escola. A Base Nacional Curricular (BNCC) destaca, dentre os Temas Contemporâneos Transversais (TCT), de forma integrada e a capacitação de Programa de Educação para o Trânsito (PET) está disposta no eixo Cidadania e Civismo. De tudo, fica a certeza de que a escola, como lugar de transmissão de saberes, pode organizar, esses saberes.

Portanto, esta pesquisa se constitui como instrumento comprometido com a sociedade, uma vez que, como afirma Leffa (2001), busca caminhos para a compreensão de problemas que dificultam ou trazem sofrimento para a sociedade. A Educação para o Trânsito, portanto, envolve pensar sobre comportamentos humanos. A motivação para esta pesquisa surgiu da experiência como agente pública da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) em 2019, por meio da qual pôde desenvolver práticas educativas no âmbito do PET na cidade de Delmiro Gouveia, no sertão alagoano.

Quando das observações realizadas durante essas ações educativas nas instituições de ensino básico junto a crianças e a adolescentes, identificou-se uma escassez de conhecimentos acerca da temática Sinalizações de trânsito. Também foi identificado que estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio menores de 18 anos já utilizavam de transporte sem autorização legal e sem conhecimento sobre leis e sinalizações de trânsito, carecendo de ações educativas como aulas, oficinas e palestras. Nessa perspectiva, a pesquisa passou a tomar como questão norteadora a questão: Como se constituem práticas escolares de letramento em ações de Educação para o Trânsito, especialmente as sinalizações?

O PET se justifica por formar cidadãos comprometidos com a harmonia e a segurança no trânsito, ação a ser iniciada, como mencionado, desde os primeiros anos de vida escolar, com o objetivo de formar sujeitos capazes de abrandar riscos de acidentes, tornando-se uma ferramenta transformadora, somando sociedade e escola, cujo resultado está na colaboração na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Isso leva, sem dúvidas, a uma significativa melhoria de vida em sociedade. Para isso, justificamos uma proposta de trabalho com sequências didáticas que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho foi planejado para ter início dentro de escolas, como um estudo de caso, com o objetivo de elaborar uma proposta de sequência didática para alunos do Ensino Fundamental sobre Sinalizações de Trânsito, podendo servir, de algum modo, como modelo para aplicações de outros colegas docentes em contextos pedagógicos similares.

Metodologicamente, a pesquisa possui caráter qualitativo, de análise bibliográfica, documental, dialética e construtiva, constituída em quatro seções que exploram a temática e apresentam a configuração de uma sequência didática proposta pela pesquisadora. A revisão da literatura foi fundamentada por pesquisas que tinham como base as palavras-chave *educação, trânsito, letramentos, multimodalidade e sequência didática*.

A presente Sequência Didática está composta em três fases: (1) checagem do conhecimento prévio; (2) aplicação do conteúdo; e (3) (auto-)avaliação. Na checagem do conhecimento prévio, o docente irá utilizar dos gêneros orais e escritos para identificação prévia de conhecimento sobre a temática, na segunda fase – aplicação do conteúdo - o professor irá dispor de duas cartilhas didáticas sobre a temática, um vídeo explicativo, um anexo (*Anexo 1*) um fragmento da Lei nº.9.503, de 23 de setembro de 1997, no qual consta sobre a Sinalização de Trânsito, além disso, nessa fase também um apêndice (Apêndice B – avaliação de fixação) para ser aplicada. A terceira fase, de natureza (auto)avaliativa, permite identificar o grau de aprendizagem dos alunos e a eficácia dessa sequência didática (a avaliação consta no *Apêndice C*).

Para o estudo de caso, a sequência didática foi aplicada em duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental em instituições diferentes, em que foi possível observar a aprendizagem do conhecimento por meio dessa ferramenta didática, no segundo semestre de 2021. Ao fim deste estudo, tecemos considerações finais que versam sobre aplicações da sequência didática proposta.

2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM DELMIRO GOUVEIA-AL: ANTECEDENTES E OBJETIVOS

A educação para o trânsito é uma ferramenta que contribui para a formação de cidadãos e conseqüentemente motoristas conscientes, permitindo a redução das estatísticas de acidentes. Acredita-se que a inclusão de projetos de educação para o trânsito precoce tende a formar crianças, jovens e adultos sensibilizados, instruídos, éticos e maduros para atuarem no trânsito (SIMIONI, 2005).

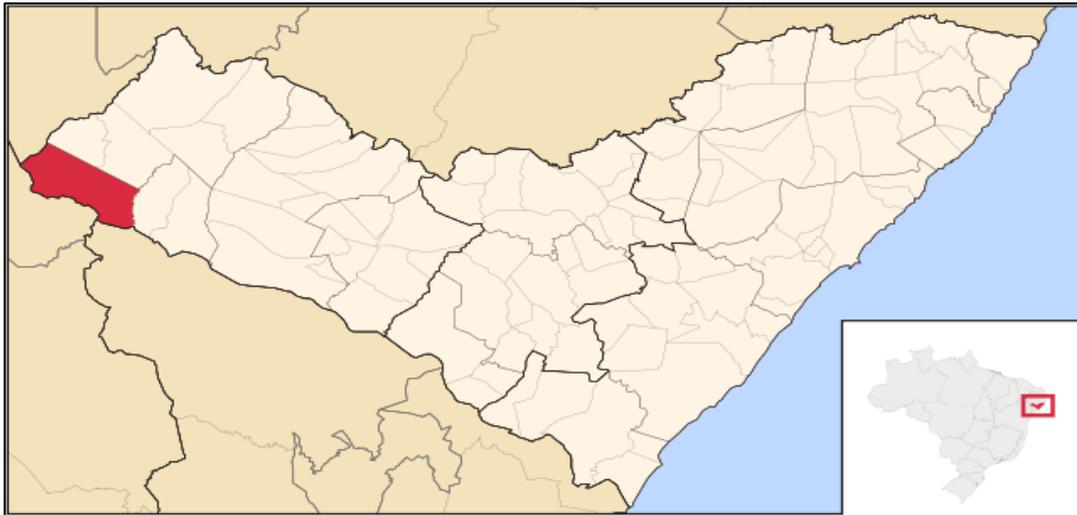
Para contextualizar a questão no âmbito da cidade alagoana de Delmiro Gouveia, nessa sessão, foram abordadas características físicas, geográficas e sócio-históricas do sertão nordestino brasileiro, bem como apresentar como são postas as ações educativas para o trânsito em escolas das redes municipal e estadual por parte da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) daquela região.

2.1 DELMIRO GOUVEIA-AL: DADOS FÍSICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERTÃO ALAGOANO

Delmiro Gouveia é uma cidade localizada no Estado de Alagoas, no Nordeste brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município apresenta uma área territorial de 628,545 km², com um população estimada em 52.056, estando localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, e na Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, fazendo fronteira com os municípios alagoanos de Pariconha, Água Branca e Olho d'Água do Casado, além de fazer fronteira com os Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia (IBGE, 2019).

Assim, Delmiro Gouveia se apresenta como um dos dez únicos municípios brasileiros a fazer limites com três ou mais outros estados, como observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Localização do Município de Delmiro Gouveia em relação ao Estado de Alagoas e Estados circunvizinhos



Fonte: IBGE (2019)

No âmbito socioeconômico, o salário médio mensal dos trabalhadores do município estava em cerca 1,7salários-mínimos, segundo dados de 2017, com uma população ativa de 9,3% pessoas ocupadas em relação à população total (IBGE 2019). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 46,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 94 de 102. A economia do município é baseada no comércio, na agricultura e na pecuária, com a taxa do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 9.047,19. A taxa de escolarização entre 6 a 14 anos de idade é de 96,1%, dado que evidência que os dados de evasão escolar em Delmiro Gouveia não são altos (IBGE, 2019).

Quanto à história da cidade de Delmiro Gouveia cujo seu primeiro nome foi Pedra devido às rochas que existiam junto à estação de ferro *Great-Western*, o povoado se constitui a partir dessa estação logo no início do século XX. Em 1903, o cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia estabeleceu a fábrica têxtil Companhia Agro Fabril Mercantil, que atraiu moradores/trabalhadores e alavancando a urbanização e o desenvolvimento econômico local. Em 1945, o distrito de Pedra, pertencente ao município de Água Branca, passou a ser denominado Delmiro Gouveia, sendo desmembrado no ano de 1952 (PREFEITURA DE DELMIRO GOUVEIA, 2020).

Nos primeiros anos em Alagoas, o cearense Delmiro potencializou outra vez o mercado de peles e couros, recuperando as exportações para os Estados Unidos e a Europa, com o apoio financeiro da firma J. H. Rossbach, aumentando progressivamente a produção. A vila de Pedra se transformou em um forte mercado comercial, comportando a produção de diversos estados. Além disso, a usina hidrelétrica de Angiquinho, construída em 1911, no

cânion do rio São Francisco, permitiu a organização de estradas de rodagem, ligando a então Pedra à cachoeira de Paulo Afonso, aos centros urbanos fronteiriços de Água Branca e Mata Grande e às localidades mais distantes de Quebrangulo (AL) e Garanhuns (PE) (CACHAPUZ,2020).

Ao passar dos anos Delmiro Gouveia foi se desenvolvendo e transformando-se em uma cidade referência para o marco industrial e cultural, e agora educacional, graças à interiorização da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Em março de 2010, o Campus do Sertão foi inaugurado, a 291 km de Maceió. A chegada da UFAL representou uma nova perspectiva de transformação e desenvolvimento para a região (MELO, 2018; GARCÍA, 2019).

Outro marco na história de Delmiro Gouveia foi à construção do Canal do Sertão que pretende captar água do Rio São Francisco a partir da cidade de Delmiro Gouveia até a cidade de Arapiraca, agreste de Alagoas (MELO, 2018). A implantação do canal possibilitou uma valorização no território, a obra beneficiou a região do Alto Sertão alagoano.

A obra hídrica beneficiou a região do Alto Sertão alagoano, beneficiando os pequenos agricultores da Região e conseqüentemente a vinda de grandes empresas para usufruírem do território do Sertão e o uso das águas, pois o Estado através de suas políticas públicas, implantam grandes obras para o desenvolvimento da Região e conseqüentemente o seu uso para as grandes empresas do Agronegócio através da monocultura irrigada, podendo assim obter um retorno favorável no uso do território (Santos; Correia; Almeida, 2020, p. 01).

Segundos dados repassados pelo Departamento Municipal de Arrecadação e Fiscalização da Prefeitura Municipal (2020), o município possui, na zona urbana 26 bairros e, na zona rural 5 distritos e 12 povoados. Em relação ao tráfego no perímetro urbano com maior fluxo de veículos destacam-se os seguintes bairros: bairro Bom Sossego, por ser a entrada na cidade pela rodovia AL 145 até o centro da cidade, como também, é um bairro que fica próximo a Universidade Federal de Alagoas e é acesso a um lugarejo chamado Morros.

O Bairro Novo é um bairro que possui uma grande clínica que atende as demandas particulares e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a sede da SMTT, um condomínio fechado, além de ser acesso para o loteamento Rosa de Sharon que dá ingresso ao anel viário que conecta a BR 110 e que leva a alguns povoados e distritos da cidade, como a principal via para a cidade de Paulo Afonso - BA. O bairro Pedra Velha, que possui um tráfego intenso e por ser a saída da cidade pela AL 220, além disso, possui acesso ao povoado Pedrão e o bairro Ponto Chique.

De acordo com dados do Denatran de abril de 2020, Delmiro Gouveia apresenta uma frota total de automóveis por tipo e por placa de 21.320, sendo “Automóvel - 7.746;

Caminhão – 803; Caminhão Trator – 43; Caminhonete - 1.760; Camioneta – 308; Chassi Plataforma – 1; Ciclomotor – 336; Micro-ônibus – 484; Motocicleta - 8.049; Motoneta - 1.284; Ônibus – 122; Reboque – 212; Semirreboque – 98; Triciclo – 10; Utilitário – 64, (DENATRAN, 2020). Ainda de acordo com dados de 2018 do (IBGE), a frota de veículos em Delmiro Gouveia, em relação aos anos anteriores aumentou.

O mapa- político administrativo de Delmiro Gouveia mostra o perímetro urbano da cidade que está destacado na cor laranja, as linhas vermelhas são as rodovias estaduais a AL 145 e 220 que estão ligadas ao município, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Perímetro urbano de Delmiro Gouveia



Fonte: <http://dados.al.gov.br/> (2020).

O centro de Delmiro Gouveia apresenta no tráfego uma concentração mais intensa e maior em relação a todo o perímetro urbano, pois é onde está localizada a PMDG, Agência do Banco do Brasil, Agência da Caixa Econômica Federal, Comércios, Lotéricas, Câmara de Vereadores, maior número de escolas, secretarias municipais, Memorial Delmiro Gouveia (DEPARTAMENTO, 2020). A seguir estão dispostas imagens do perímetro urbano do município (cf. Figuras 3 e 4), onde o fluxo de veículos é maior.

Figura 3 –Foto panorâmica parcial da Rua Floriano Peixoto no Centro



Fonte: Fonte: Acervo pessoal de Fernando Ratinho (2019).

Figura 4 – Registro fotográfico parcial da Avenida Presidente Castelo Branco/Calçadão



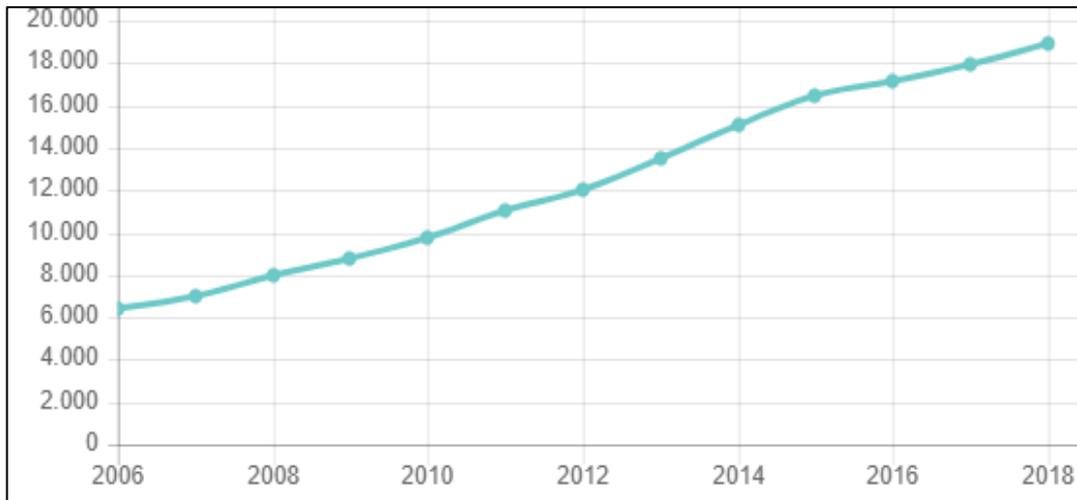
Fonte: Acervo pessoal de Fernando Ratinho (2019).

As Figuras 3 e 4 retratam diferentes pontos do centro da cidade de Delmiro Gouveia, com grande fluxo de veículos. Na Figura 3, a via é um dos perímetros urbanos de acesso a cidade que liga a rodovia 220, como também dá acesso à Avenida Castelo Branco onde está concentrado o comércio da cidade, por isso que, a imagem 2 Avenida Castelo Branco, há uma concentração maior de tráfego e carros estacionados.

De acordo com a Prefeitura de Delmiro Gouveia (2019) com relação ao trânsito, em 2017, entre janeiro e junho, havia cerca de 360 acidentes. No mesmo período, em 2018, 42 ocorrências foram atendidas pela equipe da SMTT. Nos cinco primeiros meses de 2019, 15 acidentes foram registrados. De acordo com dados de 2018 do IBGE, a frota de veículos em

Delmiro Gouveia tem aumentado substancialmente nas duas últimas décadas, como demonstra a Figura 5.

Figura 5 – Número de veículos em Delmiro Gouveia



Fonte: IBGE (2019).

O gráfico acima demonstra um aumento de veículos entre 2006 e 2018. Em 2006, haviam registrado no município 6416 veículos e, após 12 anos precisamente, no ano de 2018, o município já registrava 18949 veículos, houve um aumento de 295,3% em 12 anos de 12533 veículos automotores. A cidade de Delmiro Gouveia está em 4º lugar no Estado de Alagoas no que diz respeito ao número de veículos, a sua frente encontra-se a capital Maceió em 1º lugar, em 2º lugar está a Arapiraca e em 3º Palmeira dos Índios, respectivamente.

Diante das características físicas, geográficas, sociais e históricas Delmiro Gouveia um município rico nesses aspectos dado a sua importância para região Nordeste, seu crescimento foi notório com instalação, por exemplo, da universidade e canal do sertão, no que tange a frota veicular e ao trânsito nota-se uma linha contínua de crescimento, levando a necessidade de políticas públicas para tornar este crescimento de modo organizado.

2.2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: CARACTERIZAÇÃO, RELATÓRIO DE AÇÕES, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

A origem do fenômeno do trânsito se perde no tempo, dado a primitividade da história humana está correlacionado com o deslocamento de um local para outro (FRANZ, 2012). A história conta que o meio mais antigo e rudimentar e locomoção era a própria ação de

caminhar. Após alguns anos, invenções foram criadas para possibilitar o deslocamento mais fácil e rápido, como por exemplo, a invenção da roda, do trenó, canoa etc. A necessidade dos meios de locomoção sempre existiu, sendo indispensável à existência de um meio de transporte ainda nas civilizações antigas, inicialmente para o transporte de bens, posteriormente passou a ser utilizados para transportar o homem e seus pertences (RODRIGUES, 2018).

As civilizações do Egito, por exemplo, utilizavam a carreta puxada pelos bois como meio de transporte familiar, por sua vez, os romanos tiveram que desenvolver um modelo rodoviário novo para a locomoção de seu exército (NOGUEIRA, 2020; FRANZ, 2012). Honorato (2004, p. 1) cita que o “Império Romano criou um sistema rodoviário com mais de 100.000 Km de extensão”, e por causa disso, ainda se diz usualmente que todos os caminhos dão em Roma.

No entanto, a preocupação com as estradas só ocorreu após séculos na Espanha que considerou o caminho para Santiago de Compostela um bem público, no qual todos poderiam usar, mas não poderiam possuir como bem próprio, foi então que começou a ser solicitado por segurança e proteção às pessoas que por ali circulavam nascendo então a Paz do Caminho (NOGUEIRA, 2020; HORONATO, 2004).

Entretanto, surgiram grandes problemas correlacionados ao trânsito com a Revolução Industrial (1760-1830), com a criação do motor a combustão e a fabricação do automóvel, bem como o surgimento da indústria e a consolidação do processo de capitalismo (FRANZ, 2012). A produção automobilística teve seu apogeu no início do século XX tendo como consequência a crescente edificação de estradas e o nascimento da legislação de trânsito na Europa (NOGUEIRA, 2020).

Já no Brasil, o surgimento do trânsito remonta do período Colonial, ainda no Brasil Colônia, o transporte de pessoas e bens se dava pelo mar, graças à extensão marítima que o mesmo possui durante esse período os pequenos centros, casas eram rústicos e simples, sem organização. O principal meio de transporte eram os animais. No entanto, com a vinda da família real portuguesa em 1808 as transformações terrestres aconteceram, as pequenas vilas começaram a se moldar aos padrões das cidades europeias (NOGUEIRA, 2020).

Após anos o Brasil foi crescendo e desenvolvendo-se mesmo sem uma organização estrutural dada as diversas problemáticas históricas que ocorreram durante o período Imperial, e pós imperial, com a evolução para o Brasil República em 1954 após a morte de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek assumiu o poder do Brasil com a promessa de “fazer 50 anos em 5”, diante disso, dois fatores marcaram uma mudança no Brasil, a construção de Brasília e

a criação automobilística nacional. Seu plano de governamental foi fundado em objetivos ousados na área de infraestrutura que incluíam a construção de estradas para acompanhar a fabricação dos automóveis (FRANZ, 2012).

A história relata que a estrada mais antiga teve o início da sua construção em 1560, a chamada “Estrada Caminho do Mar localizada no estado de São Paulo ligando Santos ao planalto paulista via ABC, mas foi em 1661 que a estrada teve sua construção mais intensificada, com mais de 70 pontes, em 1922 foi pavimentada a concreto. A importância facultada às rodovias em comparação às ferrovias ou hidrovias esteve correlacionada ao substancial investimento da indústria automobilística no Brasil, sobretudo a partir de 1950 (NOGUEIRA, 2020; FRANZ, 2012).

As modernizações nas construções das principais estradas brasileiras iniciaram no século XIX, e muitas rodovias surgiram na década de 20 no Nordeste com o programa de redução das secas, em 1928 foi inaugurada a primeira rodovia pavimentada ligando Rio a Petrópolis, hoje a atual Washington Luís ou BR 040 como uma das prioridades (FRANZ, 2012, P. 16).

O Brasil teve um crescimento na rede de malha viária com o passar dos anos, no entanto, tal crescimento ocorreu de forma desordenada, sem planejamento e desde então o país não montou um sistema de trânsito eficaz, dados os números de acidentes ainda na década de 1980, como destaca Jorge e Latorre (1994, p. 01) “As estatísticas de mortalidade mostram em 1988, para o Brasil, que cerca de 12% dos óbitos são devidos a causas externas, e destes 30% são por acidentes de trânsito.” No boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde de Ministério da Saúde (SVC) de 2018, apresenta um aumento dos números de acidentes e mortes no país por meio do trânsito.

No período ocorreram 485.015 óbitos específicos por lesões no trânsito, foram acrescentados 202.025 óbitos inespecíficos à análise. Houve tendência de redução na mortalidade por lesões no trânsito, de 2012 a 2016. Todas as regiões apresentaram redução das taxas após 2012, principalmente as regiões Sul e Sudeste. O maior risco de morte foi entre motociclistas nos aglomerados dos estados com menor renda familiar. Na mortalidade específica por idade, os idosos (pedestres e ocupantes de automóveis) e os motociclistas (20 a 59 anos) apresentaram maior risco de morte (SVC, p. 98, 2018).

Além disso, o Ministério da Saúde apresentou, em dezembro de 2019, que, a cada dez atendimentos por acidente de transporte realizados em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), oito são entre motociclistas (MASCARENHAS, 2016). Essa problemática envolve, por exemplo, a relação de consumo de álcool e direção, irregularidades da população na permissão para dirigir, neste caso, nas Carteiras Nacionais de Habilitação, e a baixa qualidade estrutural nas rodovias.

Diante desses aspectos, houve a necessidade de regulamentar o trânsito no Brasil, com normas e regras a serem seguidas. No de 1910, no dia 27 foi publicado o Decreto nº8.324 no qual aprovou o regulamento para o serviço subvencionado de transportes por automóveis. Em seguida em 1922, surgiu o Decreto Legislativo nº 4.460 de 11 de janeiro de 1922 que fez menção à edificação de estradas, decretou a proibição da circulação dos denominados carros de boi, além de quantificar a carga e largura máxima dos veículos. Em 1927, um novo decreto legislativo nº 5.141 de 05 de janeiro de 1927, ao qual criou o Fundo Especial para a Construção e Conservação de estradas de rodovias federais.

O primeiro Código Nacional de Trânsito no Brasil foi estabelecido pelo Decreto Lei nº 2.994 em 28 de janeiro de 1941, no entanto durou apenas oito meses, logo depois foi revogado pelo Decreto Lei nº 3.651 de 25 de setembro de 1941 que criou Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) subordinado ao Ministério da Justiça, e os Conselhos Regionais de Trânsito (CRT) nas capitais dos Estados, revogado posteriormente. A Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, promulgou o segundo código nacional de trânsito composto de 131 artigos, vigorando por 31 (FRANZ, 2012).

Atualmente está em vigência no Brasil o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), por meio da Lei nº 9.503/1997, em seu art. 1º o CTB caracteriza trânsito como “o de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação [...]”, através desta lei foi criado o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), composto por órgãos da Administração direta, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Município, com diversas funções competentes, desde a fiscalização, normatização, administração até julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades, além disso, possui objetivos de editar normas e fixar diretrizes de Política Nacional de Trânsito. São os órgãos:

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo; II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores; III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; V - a Polícia Rodoviária Federal; VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI (CTB, 1997).

Tal código possibilitou uma incorporação de leis, decretos e resoluções respeitando a abrangência. A legislação que regulamenta o trânsito no Brasil é formada por “Constituição Federal; Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Convenção de Viena; Acordo do Mercosul;

Resoluções e Deliberações do Contran; Portarias do Denatran; Leis, Decretos e Portarias Estaduais; Leis, Decretos e Portarias Municipais” (FRANZ, 2012, p. 18-19).

No que diz respeito aos acidentes de transporte terrestre (ATT), especificamente, representam uma das principais causas de morte no país, situação que tende a se agravar no contexto da expansão da frota de veículos automotores (CARVALHO, 2016). O Brasil, mesmo com um código nacional de trânsito e com leis regulamentares, é um dos países onde mais ocorrem mortes relacionadas a ATT no mundo, demonstrando a urgência de ações de educação para o trânsito que possam combater esses índices, tanto a curto prazo quanto a médio e a longo prazos.

Um trânsito seguro pressupõe mais educação para condutores e para pedestres. Com a população educada nesse sentido, a quantidade de infrações cometidas tende a diminuir. Sabendo-se que 85% dos acidentes de trânsito são precedidos por algum tipo de infração, ou seja, o desrespeito às normas de trânsito, a diminuição dessas infrações impactaria diretamente a ocorrência dos acidentes de trânsito (MARQUES, 2010).

Assim, a sociedade brasileira, tem imposto aos órgãos e às entidades que compõem a os novos desafios em busca por soluções inovadoras e adequadas aos dias atuais. A educação para o trânsito, portanto, tem sido um tema muito discutido por operadores do Direito, como órgãos fiscalizadores e profissionais das áreas da educação, trânsito e segurança pública. Não à toa, o CTB vigente.

O Capítulo VI, do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, disciplina a educação para o trânsito e, em seu artigo 76, descreve que a educação relacionada ao trânsito deve ser promovida desde a pré-escola até o ensino médio, com planejamento e coordenação a serem desempenhadas pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas suas respectivas áreas de atuação (BRASIL, 1997, p 16).

A educação para o trânsito é considerada um dos três pilares do trânsito, junto com a engenharia e a fiscalização de trânsito, e tem sua importância especialmente nas escolas. (PINTO, 2015). Historicamente, a escola é vista como um lugar de transmissão de saberes, tendo, portanto, uma função específica e organizada de forma sistemática, abrindo espaço para o que é chamado de letramento escolar. A resolução nº 638 de 30 de novembro de 2016, assevera em seu artigo 11 que “a educação de trânsito é a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias, por meio do aprendizado de normas e condutas de respeito à vida e ao meio ambiente, visando sempre o trânsito seguro” (CONTRAN, 2016).

Nesse tipo de ação pedagógica, o aprendiz adquire noções de espacialidade, percebendo aquilo que está sua direita e esquerda, o que está perto e o que está longe.

As Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito que instituíram o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como o que consta no Processo n. 80001.015394/2009-76, em seu artigo 1, decidiu: “Aprovar as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola na forma estabelecida no Anexo I e as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental na forma estabelecida no Anexo II desta Portaria”. Destinadas às crianças em fase pré-escolar que, conforme o Artigo 30, da Lei n.9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), têm quatro a seis anos de idade.

Para que essas ações sejam postas em práticas, são necessários agentes públicos que atuarão como colaboradores/as no sistema educacional. Trataremos disso na próxima subseção.

2.3 AGENTES PÚBLICOS E O SISTEMA EDUCACIONAL

Sabe-se que cabe ao Estado desenvolver ações educacionais socialmente nas esferas públicas federal, estadual ou municipal. No que tange às políticas públicas educacionais e considerando que a educação é um instrumento que vai além do ambiente escolar, espera-se que a escola extrapole a concepção de ensino de conhecimentos científicos, e servindo como um ambiente de construção de saberes com a articulação de partes distintas de um processo, como alunos, professores, servidores, pais e Estado (OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma, a abordagem de conteúdos e temas deve ser ampla: uso de drogas, violência doméstica, educação no trânsito e outros temas que demandam atenção na educação em qualquer nível deve ser discutida em sala de aula entre os alunos e docentes.

Programas e projetos transversais desenvolvidos por agentes públicos como Polícia Militar e Corpo de Bombeiro têm ganhado notoriedade graças aos seus impactos na vida de crianças e adolescentes, a exemplo do *Programa Educacional de Resistência às Drogas* (PROERD), realizado pelas Polícias Militares estaduais em parceria com escolas, famílias e a sociedade civil em geral, como objetivo de prevenir o uso de entorpecentes entre estudantes e familiares, bem como debater e intervir, quando possível, em relação à violência gerada pelas drogas (SOUZA, 2010).

Outros projetos desenvolvidos por agentes de Segurança Pública são o *Policia! Mirim* e o *Bombeiro Mirim*, que buscam assistir crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica identificado pela escola (MEKSENAS, 2003).

O Estado de Alagoas, no município de Delmiro Gouveia realiza atividades por meio dos seus órgãos e representantes, ampliando discussões sobre trânsito por meio de suas Superintendências Municipais de Transporte e Trânsito (SMTT), promovem conhecimento para alunos, corpo administrativo e professores. Delmiro Gouveia, por exemplo, com apoio das escolas municipais e estaduais da cidade, em 2019, a SMTT tem intensificado tais atividades com foco em alunos/as do Ensino Fundamental I e II, além, dos estudantes do Ensino Médio. As Figuras 6 e 7 validam essas ações educativas de trânsito no âmbito local.

Figura 6 – Palestra Educativa de trânsito com crianças da pré-escola da Escola Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019).

A Figura 6 mostra uma ação educativa por meio de palestra sobre normas de trânsito com crianças entre 4 e 6 anos em um ambiente escolar, solicitada pela direção escolar através de ofício encaminhado a SMTT, os agentes se articulam para realizar tal atividade para que a cada oficina membros do órgão possam realizar, as palestras possuem 1 hora de duração e são ministradas diretamente com os estudantes. Desde o início da instalação da unidade de trânsito no município, os agentes realizam ações educativas, sendo intensificadas nas escolas

da cidade a partir de 2019, mas, de algum modo, prejudicada pelo contexto pandêmico da Covid-19, que preconizava isolamento social e requereu ensino remoto no biênio 2020-2021.

A SMTT pensando em proporcionar um ambiente saudável e prazeroso para essas crianças, ao final de cada palestra educativa apresentou brincadeiras didáticas relacionado às normas de trânsito, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – Crianças praticando as normas de trânsito na Escola Municipal de Educação Infantil Maçom Sebastião Cordeiro, Atividade simulação de trânsito.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, foto aprovada pelos tutores (2019).

Atividade ilustrada na Figura 7 apresenta a parte prática: estão identificados dois agentes do órgão fiscalizador SMTT, algumas crianças usando coletes com sinalizações de trânsito e outras em carrinhos e motinhas elétricas. No chão, há uma simulação de uma sinalização de trânsito – faixa de pedestre e faixa de retenção.

Ações como essa compreendem aspectos relacionados à segurança do ser humano, estimulando o reconhecimento do trânsito em sua complexidade. A inclusão do trânsito como tema transversal tem como objetivos:

- I - priorizar a educação para a paz a partir de exemplos positivos que reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;
- II - desenvolver posturas e atitudes para a construção de um espaço público democrático e equitativo, por meio do trabalho sistemático e contínuo, durante toda a escolaridade, favorecendo o aprofundamento de questões relacionadas ao tema trânsito;
- III - superar o enfoque reducionista de que ações educativas voltadas ao tema trânsito sejam apenas para preparar o futuro condutor;
- IV - envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas;

VI - contribuir para mudança do quadro de violência no trânsito brasileiro que hoje se apresenta;

VII - criar condições que favoreçam a observação e a exploração da cidade, a fim de que os alunos percebam-se como agentes transformadores do espaço onde vivem (DENATRAN, 2009, p. 02).

Para que o tema trânsito possa ser implementado com êxito no Ensino Fundamental é muito importante adotar procedimentos, considerando:

I - o planejamento de atividades que promovam a análise, o debate e a reflexão sobre diferentes situações relacionadas ao transitar humano;

II - o uso do ambiente real de circulação (a cidade) como principal recurso educativo para o exercício da cidadania no trânsito;

III - a produção e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema a partir do incentivo à pesquisa, à leitura e à escrita, à criatividade, à troca de ideias e de experiências;

IV - a promoção do envolvimento da família e da comunidade em atividades voltadas ao tema;

V - a execução de ações e a utilização de recursos educativos que expressem as concepções adotadas nesta publicação (DENATRAN, 2009, p. 2-3).

É importante salientar que este documento vem ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN), ao explicitar que, de acordo com a realidade local, as escolas podem eleger, além dos temas transversais estabelecidos, temas adicionais.

Além disso, ao publicar estas diretrizes, o Denatran acata sugestão do Conselho Nacional de Educação, emitida por meio do Parecer CNE/CEB n. 22/2004, de 05 de agosto de 2004, homologado no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2005 firmando que: As instituições de ensino brasileiras devem considerar, na definição de seus projetos pedagógicos, a busca de comportamentos adequados no trânsito, a fim de facilitar a propagação da ideia sugere-se ao Denatran que envie esforços no sentido de produzir material de apoio para que as escolas possam utilizá-lo nos seus projetos de educação para o trânsito.

[...] Tomando-se como exemplo o caso do trânsito, vê-se que, embora esse seja um problema que atinge uma parcela significativa da população, é um tema que ganha significado principalmente nos centros urbanos, onde o trânsito tem sido fonte de intrincadas questões de natureza extremamente diversa. Pense-se, por exemplo, no direito ao transporte associado à qualidade de vida e à qualidade do meio ambiente; ou o desrespeito às regras de trânsito e a segurança de motoristas e pedestres (o trânsito brasileiro é um dos que, no mundo, causa maior número de mortes). Assim, visto de forma ampla, o tema trânsito remete à reflexão sobre as características de modos de vida e relações sociais (BRASIL, 1997. p.35).

Sendo assim, a inserção do trânsito como tema transversal às áreas curriculares é um importante desafio lançado aos educadores brasileiros para que seja possível a construção de um espaço público mais justo, mais humano e cidadão. Pensando em um espaço público mais

justo, mais humano e cidadão, a SMTT de Delmiro Gouveia tem observado a necessidade de educar e conscientizar crianças e adolescentes a respeito de um trânsito mais seguro.

No mês de maio de 2019 o Detran lançou uma campanha do "Maio Amarelo" com o tema "No trânsito, o sentido é a vida!". Por meio dessa campanha, a SMTT de Delmiro Gouveia, em parceria com a Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, solicitou alguns estudantes para que acompanhassem uma ação desenvolvida pelo órgão – a *blitz* educativa –, realizada no centro da cidade, com o objetivo de promover a conscientização da população sobre os acidentes de trânsito e necessidade do respeito às leis de trânsito, bem como trazer alunos em formação para desenvolver um olhar diferenciado para o trânsito, através das orientações passadas pelos agentes, como pode ser visto na Figura 8.

Figura 8– Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva



Fonte: AL1 (2019).

Por fim, cumpre registrar que a SMTT executou, durante o ano de 2019, diversas ações de PET junto aos alunos da educação básica. Em setembro daquele ano, durante a Semana Nacional do Trânsito, intensificaram-se as atividades nas escolas do município de Delmiro Gouveia com o objetivo de conscientizar pedestres e (futuros) ciclistas, motociclistas e motoristas para ações que transformem o trânsito em um ambiente seguro, prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com o tema “No trânsito, o sentido é à vida”, ações que ajudará na redução de acidentes de trânsito.

Essas atividades reuniram discentes e equipe pedagógica das unidades educacionais Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva e Educação Infantil Maçom Sebastião Cordeiro. As práticas desenvolvidas em ambas as escolas permitiram que os agentes públicos transmitissem seu conhecimento para os estudantes através de atividades lúdicas, palestras e laboratório prático na rua discutindo apresentando os cuidados e o respeito às leis de trânsito.

É importante discutir e apresentar como as práticas são realizadas e quais as metodologias aplicáveis para que ações educativas sejam feitas, logo, a seção a seguir será abordada as fundamentações sobre o multiletramento.

3 PRÁTICAS DE LEITURA E DE ESCRITA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

3.1 LETRAMENTO: DISCUSSÕES SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E DE ESCRITA

A comunicação, como necessidade humana, promoveu a invenção da escrita, com a habilidade de (de)codificação de códigos (MARTINS; SPECHELA, 2012). O termo alfabetizar, de acordo com Soares (2000, 2003), etimologicamente designa o ato de aquisição do alfabeto, que se configura a ação de compreensão/escrita dos significantes do código escrito, ou seja, o domínio das técnicas para ler e escrever. Alfabetizar-se, entre outras atribuições, envolve a compreensão fonético-fonológica e, segundo Val (2006),

[...] pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita (VAL, 2006, p. 19).

Formalmente, é na escola que a técnica de alfabetização se inicia. No entanto, entende-se que esse processo é contínuo, ou seja, vai além da escola e é paralelo a ela (MARTINS; SPECHELA, 2012), de modo que a alfabetização não é um processo suficiente, sendo necessário o contato com distintas práticas de uso da linguagem escrita. É mister de conferir e indicar saberes sociais de leitura e de escrita mais modernas e complexas que as práticas do ler e escrever derivadas do aprendizado do sistema de escrita (SOARES, 2003). A estes saberes mais complexos que incluem não somente a sistemática de ler e escrever, mas também o uso social que as habilidades de leitura e escrita possuem para inserir em relações sociais vale-se do termo letramento (COSTA, 2012; SOARES, 2003).

Letramento abarca repercussões sociais da leitura e da escrita e Soares (2003, p. 15) o define como “[...] o estado ou condição obtido pelo grupo social ou sujeito como consequência de ter-se apropriado da escrita e das práticas sociais que a envolvem.” Conforme Oliveira (2015, p. 330), “Não há dúvida de que as práticas de letramento que ocorrem nos variados contextos – casa, escola, igreja, ruas, lojas, empresas, órgãos oficiais, dentre outros – atendem a funções e propósitos diferentes”. Sendo assim, as aplicações dos estudos de letramento ocorrem em diversas situações, são as “práticas” e “eventos”. Santos (2009b, p. 05) descreve que “Toda vez em que um texto escrito for o mediador de uma atividade social, aí acontece um evento de letramento.” Para Barton (1994, p. 37, tradução nossa), “Eventos de letramento são as atividades em que o letramento tem um papel [...] Práticas de letramento são as diferentes formas como cada cultura utiliza a escrita, [práticas]

nas quais as pessoas se baseiam num evento de letramento.” Costa (2012b, p. 47) define os eventos de letramento como “situações nas quais é possível observar a interação de pessoas por meio da escrita, sendo nesses momentos que atribuem sentido àquilo que elas realizam.” Sendo assim, os eventos são as situações permitem diferentes maneiras de decifrar os distintos modos de ser e de estar no mundo.

As práticas de letramento, portanto, se referem aos comportamentos e à forma como os grupos fazem uso da língua escritas e por meio dela revelam suas ideias, valores e concepções a respeito da escrita (HAMILTON, 1998; STREET, 1995). Com o avanço as transformações na sociedade, a forma de ensinar também evoluiu, aliadas ao evento da globalização, as inovações digitais reuniram transformação significativas, não só nas relações gerais, não obstante também na educação (VIEIRA, 2013). Assim, o processo de letramento também teve que acompanhar tais mudanças. Nesse sentido, que atualmente existem os processos de multiletramentos e/ou hiperletramento, letramentos digitais e novas tecnológicas de informação, cada uma dessas modalidades buscam contribuir no processo de ensino e aprendizagem nos mais diversos campos, dentre os quais a relação da comunidade com o trânsito.

Assim, ser um(a) letrado(a) presume admitir transformações nas formas de ler e escrever, utilizando códigos, sinais verbais e não verbais como imagens, de modo que deve se dar sob diversos textos, sejam impressos, visuais, orais etc. O Letramento Visual, por exemplo, está diretamente associado à compreensão da informação visual, não somente como um adereço da mensagem verbal, mas como um elemento semiótico que adiciona significado ao texto. Já o Letramento Informacional reside na habilidade em obter e acessar informação para a aquisição de conhecimento, levando em consideração valores éticos e morais (BARBOSA; ARAÚJO; ARAGÃO, 2016).

Quanto ao ensino de Língua Portuguesa como materna, são imprescindíveis novas ferramentas e novos métodos para dar conta da pluralidade de linguagens dos textos. (GARCIA et al., 2016). Discutimos a seguir os gêneros que, cremos, podem abarcar com sucesso um modelo didático para o PET.

3.2 GÊNEROS TEXTUAIS VOLTADOS AO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Os gêneros textuais reportam os diversos padrões que um texto evidencia para realizar as mais distintas finalidades sociais, frisando suas especialidades sociocomunicativas de

funcionalismo e de intencionalidade. Nesse sentido, são elementos culturais tradicionalmente construídos e adaptados pelo homem, externando caracterizações com nomenclaturas específicas e funções sintáticas apropriadas, em analogia com o papel social que operam (WITTKE, 2012).

Nas últimas décadas, muitos debates têm acontecido acerca das teorias de gêneros textual-discursivas em decorrência, principalmente, da linguística aplicada no ensino de língua materna ou estrangeira, preocupados com práticas que provocassem a interação verbal e as diversas situações de interlocução (BORGES, 2012; COSTA, 2012b). Bakhtin instituiu o entendimento de que

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Assim, Bakhtin (1997) aponta que a heterogeneidade dos gêneros do discurso sejam eles oral ou escritos incluem: o diálogo do cotidiano, o relator familiar, carta, ordem militar, o repertório de documentos oficiais, as declarações públicas, a exposição científica e todos os modos literários. Santos (2011, p. 3) descreve que “Os gêneros textuais é um enunciado com formas-padrão, tem conteúdo e possui uma estrutura, mudando de acordo com as relações estabelecidas entre os interlocutores. Baseadas em ações situadas cujos atributos estruturais e funcionais são derivados da socialização (BRONCKART, 1999; COSTA, 2012), transposições teórico-metodológicas contemplam aspectos como:

(1) o desenvolvimento da competência discursiva para usar a língua em diferentes contextos, através de gêneros textuais orais e escritos; (2) o desenvolvimento da capacidade de refletir linguisticamente sobre esses usos, ou seja, ser capaz de conhecer e dominar recursos linguísticos que instrumentalizam o sujeito a produzir e compreender textos de diferentes gêneros (BARROSO, 2011, p.140).

Nesse sentido, práticas escolares devem estar pautadas no desenvolvimento das competências para o uso da linguagem em forma de gêneros, de modo que as práticas de ensino-aprendizagem sejam guiadas por objetivos sociais e funcionais claros, como, por exemplo, aprender a escrever para acionar direitos, aprender a ler para se informar, aprender a falar para se apresentar. A multimodalidade está presente em notícias, filmes, contos, telenovelas com os quais a criança tem contato (PREDIGER; KERSCH, 2013) e

A leitura de textos multimodais é o próprio ato de ver o mundo na sua concretude, representada por meio da escrita, do som, da arte, dos cheiros, das imagens. Por meio dela alcançamos o domínio da palavra, trocamos ideias, conhecimentos, experiências e assim, entendemos o que ocorre no cotidiano (LIMA; et al, 2019, p. 15).

Segundo Predige e Kersch (2013, p.214), “é papel da escola preparar o aluno para agir no mundo, cabe a ela continuar desenvolvendo essas estratégias e buscar novas técnicas que aperfeiçoem ainda mais as produções dos alunos, através do estudo das potencialidades de cada linguagem”. São multimodais os gêneros textuais falados e escritos, pois quando se fala ou escreve uma redação, pois, no mínimo, são usadas duas formas de reprodução: palavras e gestos; palavras e imagens; palavras e animações; palavras e entonações etc. (DIONÍSIO, 2005).

Nesse sentido, a proposta do Programa de Educação para o Trânsito (PET) é busca apoiar um sistema educativo para construir desde a base crianças conscientes quanto às características e peculiaridades do trânsito, para serem no futuro adultos responsáveis (LOPES, 2009). A educação para o trânsito, quando fornecida desde a Educação Infantil, transforma o desempenho humano e a formação de futuros cidadãos e condutores (SIMIONI, 2005), devendo a educação escolar expandir as capacidades de interlocução do estudante, conscientizando-o dos diversos sistemas linguísticos e das diversas circunstâncias de uso da língua.

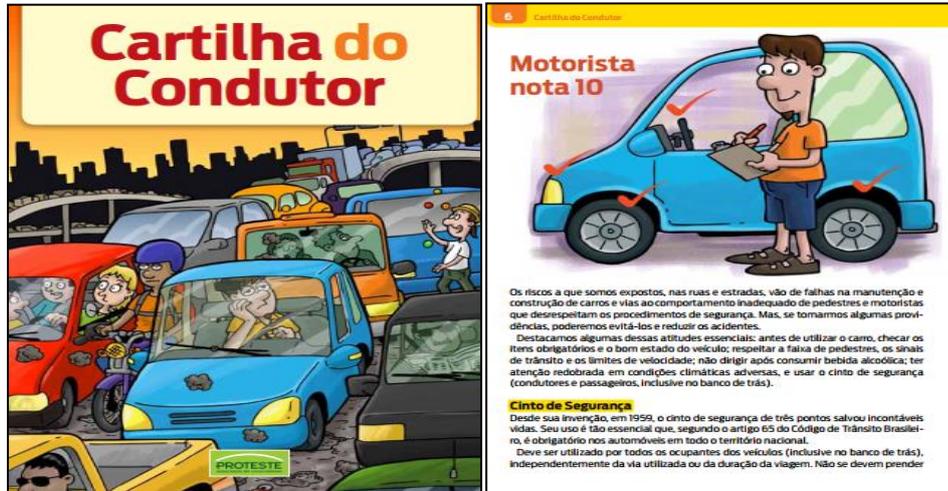
Entendemos que algumas das ferramentas para aplicação da Educação no Trânsito é o trabalho com gêneros textuais que desenvolvam práticas de apresentação, contação de história, debate, palestra, discurso etc. São muitas as perspectivas que condutor da atividade conta com o objetivo de proporcionar exercícios orais na sala de aula, seja de modelo mais realista (palestra), seja de forma mais lúdica (NETO, 2012). Quanto aos gêneros escritos, pode-se citar as cartilhas. Há cartilhas de alfabetização, de trânsito, de saúde, referente a temas legais, que “[...] são ilustradas, apresentam textos curtos e pequenos diálogos, como nos gibis. No entanto, não fogem do que está estabelecido nos documentos oficiais e, assim, informam os seus leitores, remetem à reflexão e a um posicionamento sobre a temática que discutem (COSTA, 2012b, p.57).

Essa modalidade de gênero textual escrito vem sendo utilizado com uma eficiência no processo de transmissão da informação para o indivíduo nas mais diversas idade e camadas da população, sendo assim, uma linguagem democrática. Para os que não dominam textos de caráter mais formal, a cartilha pode ser um material educativo de fácil compreensão, devido à construção ser embasada em elementos não verbais.

No âmbito da formação de condutores, o artefato de uso mais recorrente é a cartilha. Ela traz em seu conteúdo o que postula o Código de Trânsito Brasileiro, utilizando uma linguagem mais acessível do que a empregada no CTB, além de apresentar recursos da multimodalidade no intuito de aproximar o leitor do universo no qual pretende atuar como condutor (COSTA, 2012, p.59).

A cartilha, portanto, tem se formado como instrumento pedagógico na formação de cidadãos, como destacam a Figura 9, que exemplificam uma cartilha sobre trânsito.

Figura 9 – Cartilha do condutor



Fonte: Proteste (2021)

Na contramão dos títulos, leis, incisos etc. do Código de Trânsito Brasileiro, o Código Civil e a Constituição Federal, que obedecem à retórica cristalizada, densa e árida, o gênero cartilha utiliza uma linguagem bem mais acessível (COSTA, 2012b), com linguagem verbal e não verbal para relatar condutas prudentes no trânsito.

A seção a seguir apresentará uma proposta de sequência didática construída para ser aplicada a estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental sobre sinalizações de trânsito pelo docente de língua portuguesa, de modo a abarcar fundamentos de letramento por meio de alguns gêneros socialmente referendados.

4 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO COMO TEMA TRANSVERSAL ESCOLAR

Esta seção aborda o trânsito como tema transversal na escola, dialogando com os diversos documentos oficiais relacionados, especialmente o Código Brasileiro de Trânsito (CBT), a mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com isso, espera-se embasar a proposta de sequência didática apresentada sobre *Sinalizações de Trânsito*, tendo como público-alvo alunos do Ensino Fundamental. De acordo com a Base Curricular Nacional Comum (BRASIL, 2021, p. 1), “O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos.” A presente sequência didática será destinada para os alunos dos anos finais do ensino fundamental, ou seja, do 6º ano 9º ano.

Como mencionado, essa sequência didática se fundamenta em experiências pessoais da pesquisadora em ações educativas escolares promovidas pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) de Delmiro Gouveia-AL. Após intervenções nas escolas, observou-se lacunas por parte dos alunos e as dificuldades que docentes têm em abordar tal temática, identificando-se a necessidade de proposição e aplicação de aprendizagens significativas por parte dos docentes do município.

4.1 TRÂNSITO COMO TEMA TRANSVERSAL NA ESCOLA

Trânsito pode ser definido como o uso compartilhado de espaços públicos de modo democrático onde possa se exercer o direito de ir e vir por todos que independe de raça, religião, condição econômica ou física. As vias que compreendem esses espaços são definidas como ruas, avenidas, calçadas ou estacionamentos, onde, por sua vez, podem ser realizados deslocamentos a pé ou por meios de transporte diversos (CZERWONKA, 2014). De acordo com o Artigo 1, inciso 1 do CBT (BRASIL, 1997, p. 1), o trânsito trata “[...] da utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fim de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.” Já no inciso I do artigo 6º do CBT, fixam-se os objetivos e metas básicos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), ao “estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento” (CBT, 1997).

No que tange à educação para o trânsito, deve ser promovida por todos os seus componentes através da promoção e da participação em programas e em projetos de segurança e educação. Nesse sentido, o CONTRAN editou a Resolução nº 514, de 18 de dezembro de 2014, que aborda sobre as normas referentes à educação e segurança no trânsito, dispondo sobre a política nacional de trânsito a serem instituídas para todo o país (RODRIGUES, 2017). Essa resolução, em seu artigo 5º, versa sobre a Política Nacional de Trânsito:

II - da educação para a cidadania no trânsito: a) articular e promover a educação para o trânsito no âmbito da educação básica; b) articular e promover a capacitação de professores multiplicadores da educação para o trânsito; c) buscar parcerias com universidades e centros de ensino para promover a educação e capacitação para o trânsito; d) estimular a produção intelectual, tanto de obras científicas como de obras artísticas e culturais voltadas para o trânsito; e) aperfeiçoar e monitorar a formação de condutores; f) promover e monitorar campanhas permanentes de utilidade pública com vistas a difundir princípios de cidadania, valores éticos, conhecimento, habilidades e atitudes favoráveis ao trânsito seguro [...] (CONTRAN, 2014, p. 1).

O CTB é o documento oficial que regula a educação para o trânsito como elemento de importância para um trânsito seguro e responsável. No artigo 74, destaca que “A Educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito” (CTB, 2020). Já no artigo 76, que a Educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º grau, através do planejamento e ações coordenadas entre a SNT, órgãos da Educação, União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

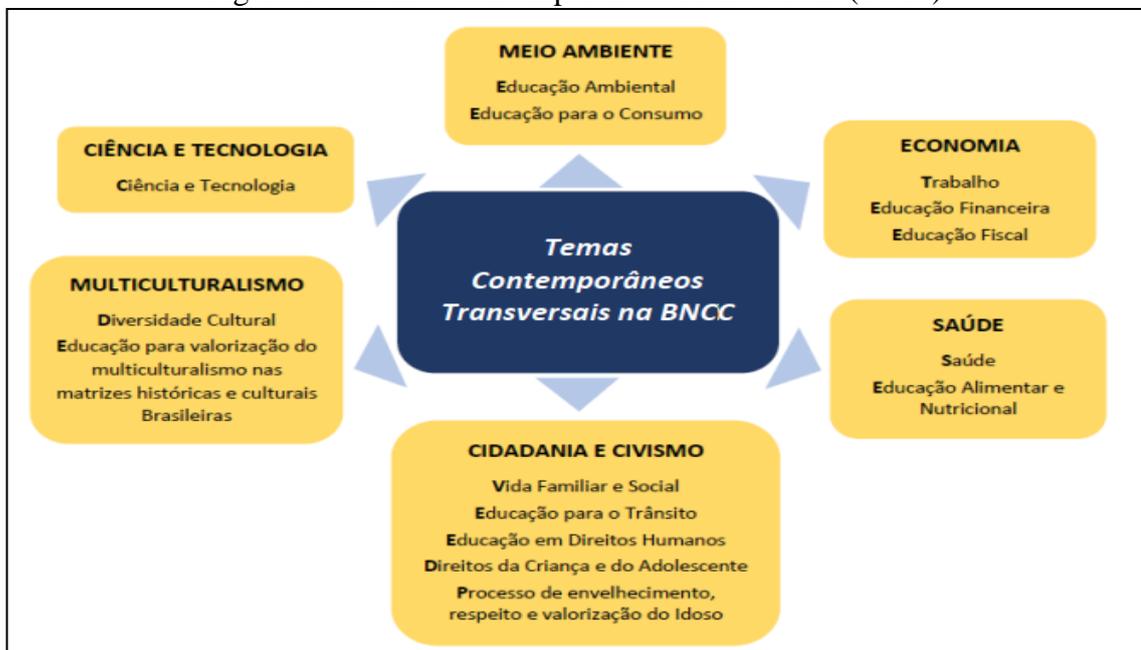
- I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito (CTB, 1997).

A prática de educação para o trânsito nunca se concretizou, pois, o problema é evidenciado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), na qual não se observa o estudo do trânsito em sua base nacional de educação. Do mesmo modo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (PCN), não fazem sequer alusão ao trânsito como tema transversal (KRIGGER, 2016). Nos PCN, o trânsito não está indicado explicitamente como tema transversal, segundo Barbosa (2018).

Araújo (2016) avalia que esse sistema pedagógico ainda não foi aplicado, mesmo diante do prazo determinado de duzentos e quarenta dias contados daquela publicação, em 23 de setembro de 1997, sendo que o Ministério da Educação havia não constituído um conteúdo programático no currículo relativo à segurança e à educação de trânsito (ARAÚJO, 2016). De fato, existe uma escassez nos programas educacionais relacionados à temática do trânsito nas escolas, com currículos escolares organizados em disciplinas fechadas e incomunicáveis com outras áreas (SIMIONI, 2005).

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorporou os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), que, de forma integrada, capacitam os alunos para uma maior compreensão da realidade sócio-histórica. Esses TCTs, num total de quinze, estão disseminados em seis macro áreas, como descritas na Figura 10 (BRASIL, 2019).

Figura 10 - Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)



Fonte: Brasil (2019).

Na BNCC, os sistemas de educação e ensino são induzidos a agrupar, em seus currículos e projetos pedagógicos, a abordagem de temas contemporâneos possivelmente relacionados e que afetam a vida humana numa escola global, regional e local. No aspecto da atuação da vida pública, recebem ênfase os gêneros legais e normativos, com destaque para aqueles que regulam a coexistência em sociedade, como o Código Nacional de Trânsito

(BARROSO, 2019). Assim, o trânsito passou, com a BNCC, a ter parte nos currículos de modo interdisciplinar e transversal, com a promulgação de alguns marcos legais¹.

A educação para o trânsito pode ser trabalhada nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Geografia e outras, tanto nos Anos Iniciais (1º a 5º anos) quanto nos Finais do Ensino Fundamental (6º a 9º anos) por meio de gêneros, abordando casos reais ou simulações que envolvam desrespeito ao CTB. Baseados nos pressupostos de Bonatto et al. (2012), o trabalho interdisciplinar propõe uma abordagem com diferentes disciplinas, é entender os distintos elos entre as diferentes áreas do conhecimento possibilitando a união entre elas para fornecer algo inovador, resgatar possibilidades, aumentar o horizonte de conhecimento e promover o ensino e aprendizagem com qualidade.

A seguir, destacam-se aspectos relativos à sequência didática como estratégia de ensino-aprendizagem de uma temática transversal.

4.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CONCEITO, FUNÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Sequências didáticas, doravante SD, podem ser definidas como modelos em que o professor organiza atividades de ensino em função de temas e de procedimentos, organizadas sistematicamente com base em um gênero textual na modalidade escrita ou oral (ARAÚJO, 2013; DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004). São formadas por um conjunto de atividades estruturadas, articuladas e ordenadas para que os/as discentes alcancem objetivos educacionais com um início e fim definidos pelo professor (ZABALA, 1988).

Tais sequências surgiram com base na teoria da Aprendizagem Significativa, na qual os processos de ensino e de aprendizagem têm como base o ato de aprender e ensinar de modo significativo em que tenha objetivação e faça sentido a todos os participantes. Nela, importam duas situações: a primeira consiste no sujeito que aprende, de modo que sua aprendizagem transpasse a memorização mecânica de conteúdo sem sentido e significado perante o mundo; a segunda situação está relacionada ao processo de ensinar, de modo que ocorra mediação e experiência entre sujeitos, levando sua bagagem existencial, criando possibilidades de vínculos filosóficos e psicológicos (BEAUCLAIR, 2005). Logo, a Aprendizagem Significativa é um processo em que um novo conhecimento está correlacionado à forma não

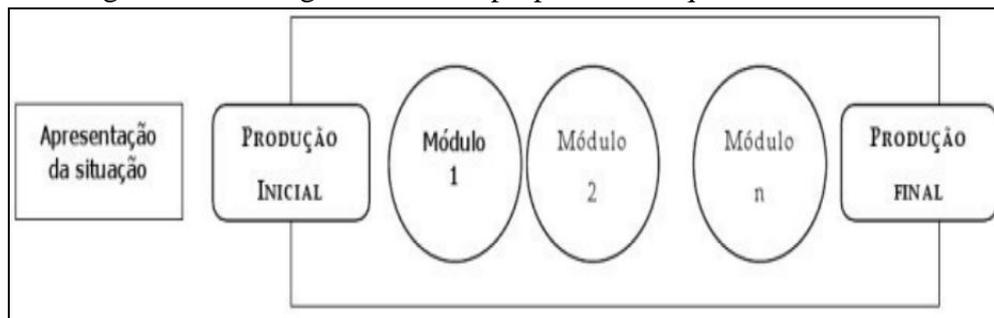
¹Vide Lei nº 9.503/1997. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio). Decreto Presidencial de 19/09/2007 (BRASIL, 2019, p. 15).

literal e não arbitrária da estrutura cognitiva do aluno, resgatando o conhecimento prévio de um determinado assunto com o novo conhecimento (AUSUBEL, 1973).

Nesse sentido, as SD contribuem para a construção e a consolidação de conhecimentos, permitindo, gradativamente, novas aquisições cognitivas a partir da investigação dos saberes que os principiantes já detêm sobre certo assunto (MANTOVANI, 2015). Podem abarcar diversos eixos educacionais e áreas do conhecimento, com aplicação de gêneros textuais formais e informais e de temas cotidianos da sociedade, proporcionando elementos e condições de aprendizagem a estudantes de qualquer nível (ALVEZ; MEIRA, 2018).

O professor, ao iniciar uma sequência didática, apresenta o conteúdo por etapas, começando pela exposição de um determinado tema em uma situação real em formato de gênero, intercalando com práticas de oficinas/módulos e, ao fim, uma produção avaliando desenvolvimento do aluno, como visualizado na Figura 11 (BARROS, 2014; DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004), beneficiando a interdisciplinaridade (BATISTA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017).

Figura 11– Fluxograma de uma proposta de Sequência Didática



Fonte: Dolz, Noverraze, Schneuwly (2004, p. 97).

A fase da aplicação do conteúdo deve ser orientada no pressuposto de Ausubel (1973), ou seja, a aprendizagem significativa, em que é trabalhado de forma não literal, não arbitrária e não mecânica as temáticas, mas construtivas que elevem a estrutura cognitiva dos alunos, construindo saberes duradouros.

Portanto, deve ser fundamentado em aportes teóricos cuja metodologia pode sofrer ajustes à medida que se desenvolve, seguindo uma linha de trabalho e ideias em relação às atividades didáticas (CEIA, 2020).

É importante considerar, ao planejar uma sequência didática, as relações interativas entre professor/aluno, aluno/aluno e as influências dos conteúdos nessas relações, o papel do professor e o papel do aluno, a organização para os agrupamentos, a organização dos conteúdos, a organização do tempo e espaço, a organização dos

recursos didáticos e avaliação (BATISTA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017, p. 5382).

Quanto à observação e à análise do conhecimento prévio sobre sinalizações para o trânsito da ótica dos alunos, assinala que uma SD deve ser iniciada com uma avaliação diagnóstica, posteriormente a aplicação do conteúdo e uma pós-avaliação.

Como há exemplo a temática de Sinalizações de Trânsito, na qual os alunos do ensino fundamental devem possuir saberes sobre principais placas de trânsito, o que significa as cores dos semáforos e o que fazer e não fazer no trânsito. Nesse sentido, a próxima subseção apresentará a sequência didática sobre Sinalizações de Trânsito, bem como aplicação do assunto e atividades, e, ao fim, análise avaliativa de conhecimento.

4.2.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Com o objetivo geral de proporcionar a construção do conhecimento quanto às sinalizações de trânsito, formando cidadãos mais conscientes e responsáveis, esta SD divide-se em três fases: (1) checagem do conhecimento prévio; (2) aplicação do conteúdo; e (3) (auto-)avaliação. Dividida em três aulas, em dias diferentes, a proposta se deu para alunos do Ensino Fundamental II, no componente curricular de Língua Portuguesa. Como objetivos específicos, temos:

- Reconhecer os significados das principais placas de trânsito dispostas no Código Brasileiro de Trânsito, interpretar figuras e textos e relacioná-los ao seu cotidiano;
- Desenvolver a consciência cidadã no trânsito desde os anos iniciais;
- Explorar diferentes gêneros textuais, orais e escritos, nas modalidades verbal e não verbal, como cartilhas, vídeos educativos, textos e outros.

- **Fase 1: Checagem do conhecimento prévio**

No primeiro momento, o docente deve identificar os conhecimentos prévios dos discentes sobre o tema, assim como procederam Neto et al. (2017, p. 5). Essa fase será dividida em duas etapas durante a primeira aula, cada uma com aproximadamente vinte minutos. Na primeira, o docente deve se valer do gênero oral debate; na segunda, o gênero escrito questionário.

a) gênero oral *Debate*: o professor apresenta a temática para a turma (Sinalizações de trânsito ao explicar brevemente sua importância para a sociedade, começando por indagar algumas perguntas aos alunos,

- O que são sinalizações de trânsito?
- Quais são os tipos de sinalizações de trânsito?
- Qual a importância das sinalizações de trânsito?
- O que (não) fazer no trânsito?

Em seguida, divide a turma em grupos de acordo com a quantidade de alunos em sala, expondo imagens de sinalizações de trânsito dos tipos vertical e horizontal (Figuras 12, 13 e 14 a seguir). A apresentação dessas figuras deve seguir um nível de complexidade (exemplos: placa de proibido estacionar – difícil; aeroporto – difícil; lombada – difícil; e placa de pare – fácil; faixa de pedestre – fácil) das placas. Esse momento deve abranger um debate entre os grupos, em que cada equipe apresenta suas placas para os outros grupos, mesmo que suas respostas estejam incorretas. Então o docente irá intervir explicando brevemente o significado das placas distribuídas e, assim, os discentes poderão saber se suas falas estavam ou não corretas.

Figura 12 – Sinalizações de trânsito vertical



Fonte: Trânsito Livre (2020).

Figura 13 – Sinalizações Horizontais



Fonte: Trânsito Livre (2020).

Figura 14 – Placas sinalizadoras de trânsito



Fonte: ICETLAN (2020).

b) gênero escrito *Questionário*: o professor deve aplicar o questionário disposto no Apêndice A, composto por quatro questões objetivas e uma subjetiva, e identificar lacunas e dificuldades individuais acerca do tema. A próxima fase busca aproximar o conteúdo sobre sinalizações de trânsito aos conhecimentos prévios.

- **Fase 2: Apresentação do conteúdo**

Considerando as observações e o conhecimento prévio identificados, a Fase 2 abarca a exposição do conteúdo: o professor deve apresentar o tema Sinalizações de Trânsito. Esta fase deve ser dividida por série, para que cada nível escolar seja alcançado de acordo com as determinações da BNCC, respeitando as singularidades de aprendizagem dos alunos.

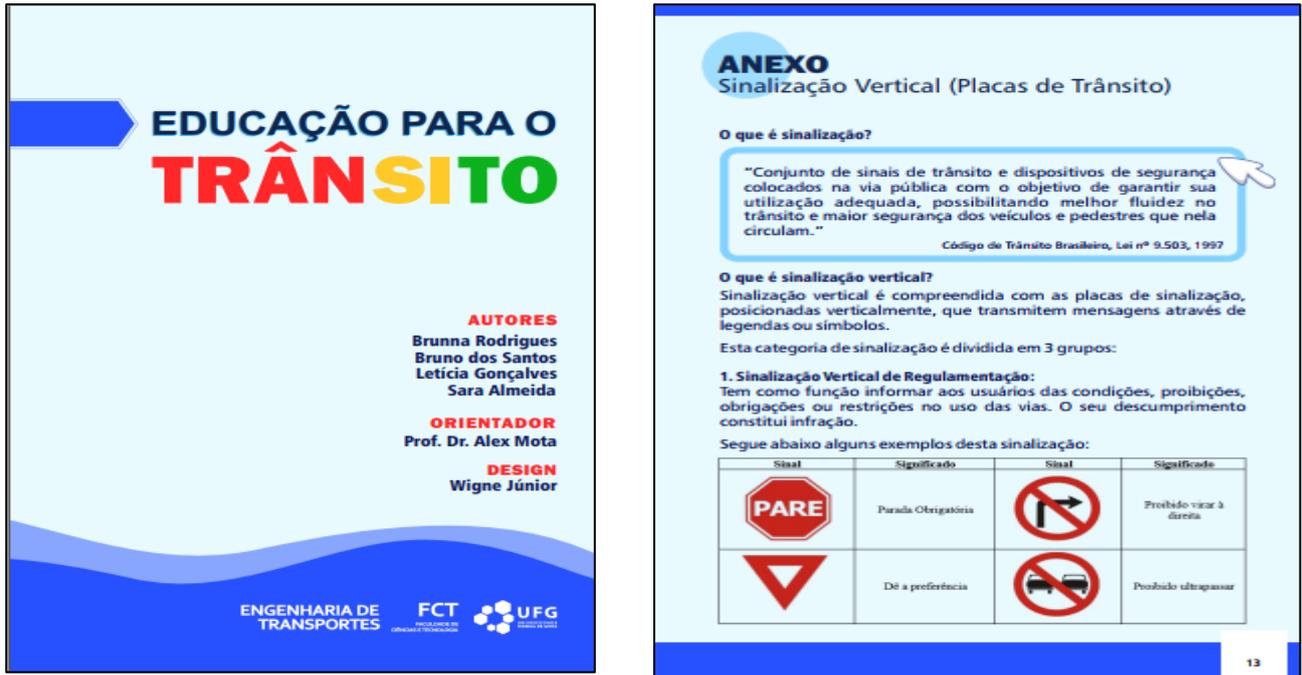
Por exemplo, para o 6º e 7º anos, é sugerido ao docente que trabalhe dentro da área de conhecimento Linguagens, levando em consideração os Temas Contemporâneos Transversais – cidadania e civismo – dispostos na BNCC. O docente deve utilizar, em média, 40 minutos para apresentar o conteúdo. Indica-se a utilização de cartilhas que abordam o tema, como as indicadas nas Figuras 15 e 16 – ambas trabalham a educação para o trânsito com o subtema sinalizações de trânsito e estão disponíveis na internet para *download* e impressão².

As cartilhas servem como material pedagógico, por meio dela, o professor conceitua sinalização de trânsito, os princípios gerais das sinalizações e os diversos tipos de sinalizações do tipo vertical, horizontal. As sinalizações de trânsito estão previstas no CTB dos artigos 80 ao 90. Neles são apresentados os tipos de sinalização, suas características e classificação. O principal objetivo da sinalização é orientar, informar e advertir os usuários das vias. Além disso, o respeito às sinalizações propicia um trânsito mais seguro e organizado para pedestres e para condutores. A cartilha explora tais questões utilizando da linguagem verbal e não verbal, apoiando no gênero das *Tirinhas*, um método lúdico que leva os sujeitos da aprendizagem assimilar o conteúdo de modo divertido.

O docente também irá abordar o papel dos motoristas, ciclistas, passageiros, pedestres e crianças por meio da cartilha da Figura 15. Uma segunda cartilha, a da Figura 16, permite explorar os questionamentos sobre *O que (não) fazer no trânsito*.

²Sugestão de links: <http://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/turma_da_monica/monica_transito.pdf> e <http://files.cercomp.ufg.br/weby/up/767/o/Cartilha__Educa%C3%A7%C3%A3o_para_o_tr%C3%A2nsito_ok.pdf>.

Figura 15 – Cartilha Educação para o Trânsito



Fonte: MSP (2020)

Figuras 16– Cartilha Turma da Mônica



Fonte: Rodrigues, Santos, Gonçalves e Almeida (2020).

Além da temática *Sinalização de trânsito*, será importante que o professor também apresente as *Normas gerais de circulação e conduta para motorista motocicletas, motonetas e ciclomotores*, prevista no CTB, dada a características de muitos jovens utilizarem esse tipo de veículo, logo a necessidade que se tenha a explanação desse subtema. Tais normas estão disposta no Anexo 1.

Para as turmas de 8º e 9º anos, assim como nas séries anteriores, propõe-se que o docente explique sobre a temática ao utilizar uma ferramenta digital – vídeos que retratam as sinalizações de trânsito, como o indicado na Figura 17.

Figura 17 – Vídeo explicativo sobre Trânsito



Fonte: Conta Contos (2020).

O vídeo disposto no canal Conta Contos³, com duração de 06min55s, é uma aula animada sobre as Leis de trânsito para crianças e adolescentes ensinando sobre trânsito de modo geral, as regras de tráfego, significado das placas, faixas, organização do fluxo de veículos e pedestres nas vias públicas, e ainda assimilar as imagens com os significados, reconhecendo e apreendendo sobre as diversas sinalizações de trânsito, regras de tráfego, vias públicas e outros. A cartilha e o vídeo se complementam na apresentação do assunto.

Os alunos deverão ter acesso impresso aos textos dos artigos 80º ao 90º do Código de Trânsito Brasileiro dispostos no Anexo 1. Com isso, eles terão acesso à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que regula sobre o Código Brasileiro de Trânsito, nele contido sobre as sinalizações de trânsito.

Ao fim da explanação do conteúdo, o docente solicitará que os alunos construam painéis de sinalização de trânsito utilizando os seguintes materiais: cartolina, imagens das sinalizações de trânsito, marca textos, tesouras, cola e outros materiais que os alunos possam ter. Essa atividade deverá ser realizada em equipes de acordo com a quantidade de alunos por turma, possibilitando observar em que medida os alunos compreenderam o tema. Em seguida, o docente irá passar uma atividade avaliativa de fixação para casa em todas as turmas para que os alunos respondam e na aula seguinte entregue ao docente (*vide* Apêndice B).

³Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yy0Nd0fNj-g>

- **Fase 3: (Auto -) Avaliação da aprendizagem**

Esse terceiro momento envolve a avaliação do conteúdo, permitindo identificar o grau de aprendizagem dos alunos e a eficácia dessa sequência didática. Para as turmas do 6º e do 7º anos do EF, esse processo consiste na aplicação de atividade, na qual poderão expor o conhecimento adquirido e vivenciado nas aulas anteriores. O docente irá aplicar uma atividade individual em um tempo médio de 30 minutos (*vide* Apêndice C) como objetivo de promover a (autor)reflexão quanto às sinalizações de trânsito. Após a aplicação da atividade avaliativa, o docente irá junto com os alunos realizar a comentários sobre a atividade a fim de sanar possíveis dúvidas com o comentário do gabarito, em uma roda de conversa, com um tempo de 30 minutos.

A proposta de atividade avaliativa para as turmas de 8º e 9º anos, dada a autonomia dos adolescentes, pode ocorrer de modo coletivo e individual. Para uma (auto)avaliação, propõe-se a atividade disposta (*vide* Apêndice C). O tempo para essa atividade será de 30 minutos. Os outros 20 minutos da aula, o docente irá dividir a turma em 5 grupos com média de 5 alunos (a depender da quantidade em alunos em sala de aula) para a realização de uma atividade coletiva, em que sorteará os seguintes temas: (1) sinalização vertical; (2) sinalização horizontal; (3) sinais luminosos; (4) sinais sonoros; e (5) gestos. Os grupos iniciaram a criação fábulas, peças ou músicas que descrevem os seus temas, em sala de aula, no entanto a atividade poderá ser levada para casa para ser finalizada e para que posteriormente seja apresentem para toda a turma em um próximo encontro, realizando um momento pedagógico de interação. Tal encontro deverá ter 40 minutos para execução das apresentações, e 20 minutos para que o docente possa debater com a turma sobre as atividades.

4.2.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA APLICADA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTA RITA E NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA DULCE CAVALCANTE FEITOZA

A sequência didática sobre o conteúdo de Sinalizações de Trânsito foi aplicada em duas escolas na cidade de Delmiro Gouveia-AL, em turmas de 9º ano do Ensino Fundamental na disciplina de Português supervisionada por um professor.

A Escola de Educação Básica Santa Rita (Escola A) é uma instituição particular, composta por uma única turma de 9º ano com 21 alunos entre 14 e 16 anos. Já na Escola

Municipal de Educação Básica Maria Dulce Cavalcante Feitoza (Escola B), existem duas turmas do 9º ano, composta por, em média, 33 alunos cada, também com idade entre 14 e 16 anos. Nesta escola, foi apenas aplicada a sequência didática na turma do 9º ano B, por disponibilidade da escola.

Em ambas as escolas, a aplicação da sequência se deu em quatro aulas para que pudessemos aplicar as três fases da SD. A seguir, será exposto à fase e o material utilizado e, ao fim, as discussões dos resultados após cada fase aplicada, fazendo, quando possível, uma comparação entre as turmas.

- **Fase 1: Checagem do conhecimento prévio**

Essa fase consistiu em apresentar a temática a ser trabalhada em sala com os alunos mediante apoio do professor, no primeiro momento foi aplicado o questionário presente no Apêndice A deste trabalho, afim de fazer uma análise do conhecimento prévio dos alunos sobre o tema. Após esse momento foi feito um debate acerca do assunto, com as seguintes indagações:

- O que são sinalizações de trânsito?
- Quais são os tipos de sinalizações de trânsito?
- Qual a importância das sinalizações de trânsito?
- O que (não) fazer no trânsito?
- Quem já é condutor de carro ou moto?

Discussão dos resultados:

Na devolução do questionário e durante o desenvolvimento das respostas pelo aluno, foi identificado que os alunos ficam um tanto apreensivos, inseguros, indecisos, pois era o novo para eles, portanto é importante o docente deixar claro o objetivo do questionário. Na escola A percebemos que os alunos tiveram mais autonomia para responder o questionário, já na escola B, houve dificuldade de responder o questionário mesmo eles sabendo da maioria das respostas, foi perceptível a insegurança e o medo de errar.

No início do debate, é notável momento de silêncio dos alunos ao socializar as perguntas. Percebendo essa lacuna outro meio do aluno participar é aproximar as perguntas fundamentando para o cotidiano do aluno, portanto uma sugestão e que foi feita nessa fase e

que motivou a atenção dos alunos para o conteúdo. Por exemplo: chamei um aluno que percebi ser mais desinibido para fazer uma demonstração do uso do capacete.

Em seguida, foi exposto imagens com sinalizações de trânsito dos tipos vertical e horizontal, (Figuras 18 e 19). A apresentação dessas figuras deve seguir um nível de complexidade (exemplos: placa de lombada – fácil; rotatória – fácil; placa de proibido parar e estacionar – difícil; ilhas e refúgios – difíceis). Nesse momento os alunos já construíam um debate interativo, e mesmo que não estivessem corretas suas falas os alunos perderam a timidez de participar da aula, o docente irá intervir explicando brevemente o significado das placas, e assim os discentes poderão saber se suas falas estavam ou não corretas.

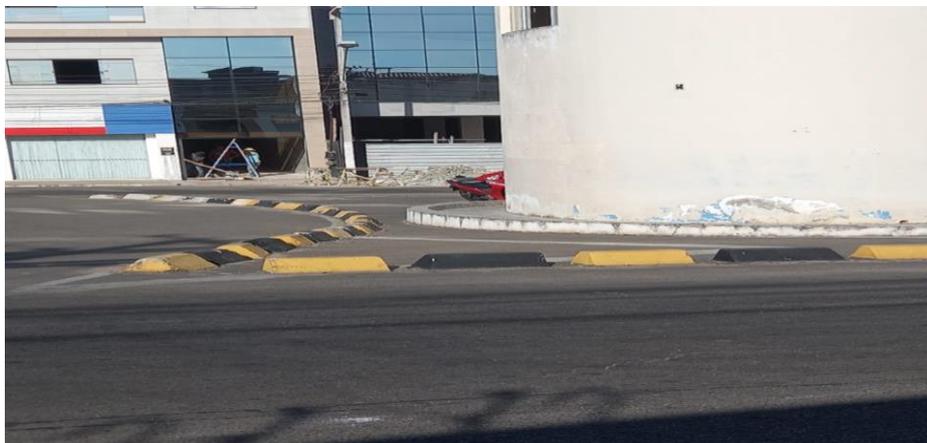
A importância, das figuras das vias públicas da cidade de Delmiro Gouveia, com sinalizações de trânsito, trouxe uma familiarização ao aluno, pois de certa forma ele reconhece o local. Durante o contato visual do aluno com a imagem, foi perceptível a dificuldade de reconhecer as placas, mas os alunos através das imagens foram estimulados a participar do momento, pois por mais que se sintam intimidados por desconhecer o conteúdo (sinalização de trânsito), eles puderam se sentir motivados a falar do local das imagens e narrar um fato já vivenciado referente ao conteúdo aplicado.

Figura 18-Sinalizações de trânsito vertical na cidade de Delmiro Gouveia



Fonte: Acervo da autora (2021)

Figuras 19– Sinalizações Horizontais na cidade de Delmiro Gouveia



Fonte: Acervo da autora (2021)

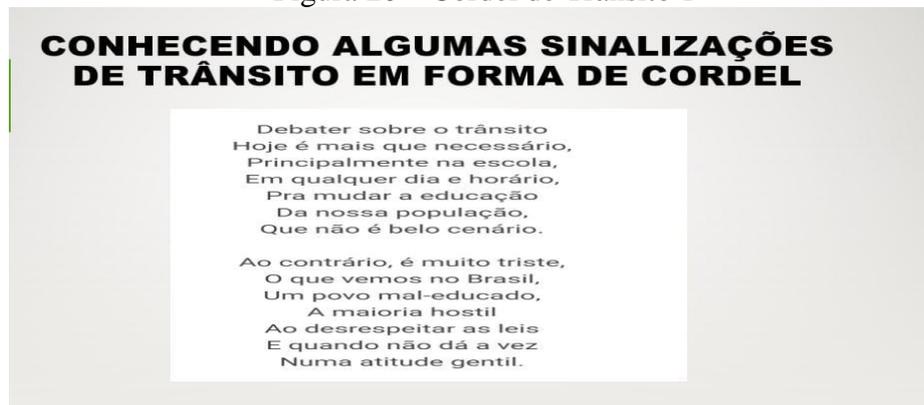
Fase 2: Apresentação do conteúdo

Essa etapa consistiu em aplicar o conteúdo de *Sinalizações de Trânsito* e as *Normas gerais de circulação* e conduta para motorista de motocicletas, motonetas e ciclomotores,

prevista no CTB, em ambas as escolas a aula teve duração de 40 minutos. Como material didático foram utilizadas as cartilhas indicadas nas Figuras 15 e 16 deste trabalho, e os textos dos artigos 80º ao 90º do Código Brasileiro de Trânsito dispostos no Anexo 1. Todos os alunos tiveram esse acesso de modo impresso desse material.

Além disso, foi apresentado vídeo presente no canal Conta Contos sobre trânsito disposto anteriormente na Figura 17 deste trabalho. Após o vídeo houve uma explanação sobre o conceito da literatura de cordel e apresentação de algumas sinalizações de trânsito em forma de cordel, disposto no link “<https://www.projetocordel.com.br/o-cordel-do-transito.php>”, como observado nas Figuras 20 e 21a seguir.

Figura 20 – Cordel de Trânsito 1



Fonte: Francisco Diniz (2017).

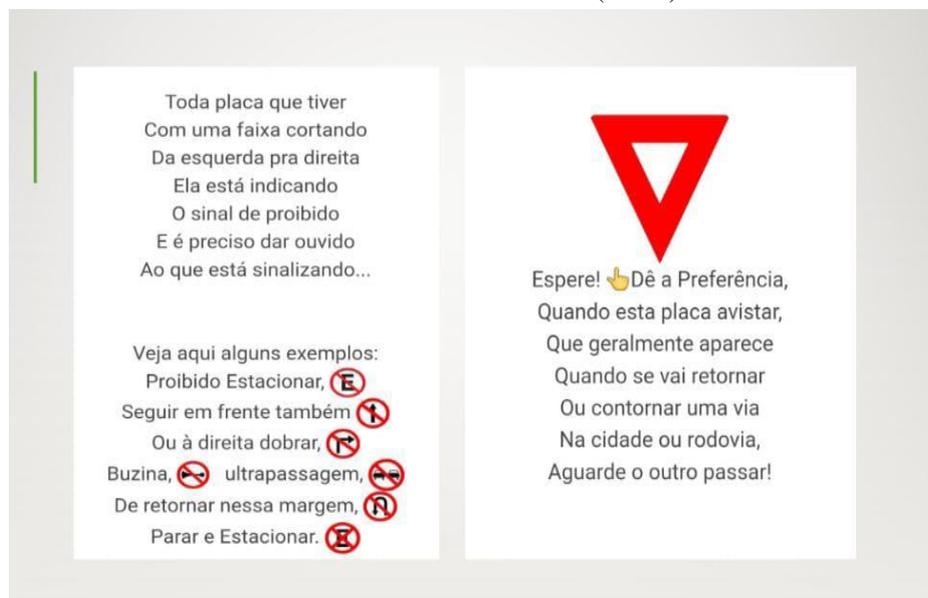
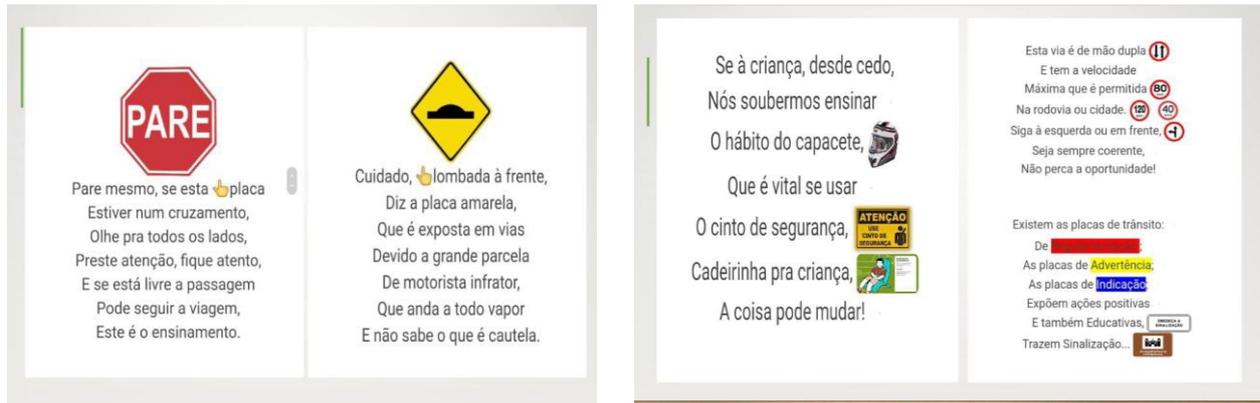


Figura 21– Cordel de Trânsito 2



Fonte: Francisco Diniz (2017).

Após os slides, a ideia foi demonstrar na prática outros tipos de sinalização, como a sonora, os dispositivos auxiliares de sinalizações e a sinalização por gestos. Para estimular mais o interesse no aprendizado e a curiosidade dos alunos, nessa parte, foram disponibilizados os seguintes materiais (um cone, fita zebra, apito usado pelo guarda de trânsito), o cone e a fita zebra (dispositivos auxiliares de sinalização), houve um pequeno debate e demonstração sobre os gestos que os condutores fazem para sinalizar.

Em foi feita uma demonstração da importância do agente de trânsito nas vias, onde foi utilizado o apito para demonstra os tipos de *silvos* feitos para indicar sinalizações. Nessa parte foi notório atenção os alunos da escola A e B e a participação por meio de diversas perguntas.

Ao fim da explanação do conteúdo o docente aplicou a atividade avaliativa de fixação presente no Apêndice B deste trabalho em que os alunos realizaram em um tempo médio de 20 minutos. E como atividade para ser exposta no próximo encontro os alunos foram divididos em equipes e foram sorteados os seguintes temas: (1) sinalização vertical; (2) sinalização horizontal; (3) sinais luminosos; (4) sinais sonoros; e (5) gestos para que fossem apresentados em forma de cordel, peças ou músicas e seminário.

Discussão dos resultados:

Foi observado que é nítida autonomia dos alunos de ambas as escolas e a familiaridade com o conteúdo, no entanto, na análise das respostas os alunos da escola B (Escola Municipal de Educação Básica Maria Dulce Cavalcante Feitoza) em relação à escola A (Escola de Educação Básica Santa Rita), notou-se uma resistência na conclusão da resposta escrita, uma sugestão para essa lacuna foi que o docente formasse duplas ou trias, a depender da

quantidade de alunos, e do tempo disponível para promover uma avaliação de fixação de formal oral.

- **Fase 3: (Auto -) Avaliação da aprendizagem**

Essa fase iniciou com as apresentações das equipes sobre os temas sorteados na aula anterior com um tempo de 30 minutos, como observado na Figura 22. Após esse momento ocorreu à aplicação da avaliação de aprendizagem, em que foi utilizado o material do Apêndice C, foi disponibilizado um tempo de 20 minutos para que os alunos pudessem responder a atividade. Após o término das atividades foi passando um vídeo sobre trânsito, disposto no canal “Genilson Siqueira Nascimento”, intitulado “Pateta no Trânsito” com duração de 06min02s, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Tlk6e61E6w.

Figura 22–Apresentação dos temas pelos alunos como arremate da Sequência Didática proposta



Fonte: Acervo da autora (2021)

Discussão dos resultados:

A aula iniciou com as apresentações das atividades dos temas de cada equipe, na escola A que foi formado por quatro equipes foi possível observar que ocorreu de forma satisfatória, onde houve seminário, produção de cordel, e explicação de duas imagens com sinalizações de trânsito (faixa contínua-sinalização horizontal e pedestre na faixa-sinalização vertical), outra explanação de duas imagens com sinalização de trânsito (faixa tracejada branca-sinalização horizontal e de preferência-sinalização vertical). Na escola B, todas as equipes fizeram atividades escritas (cordel, explicação sobre a sinalização e explanaram para a turma). Já na avaliação de aprendizagem do apêndice C o resultado foi satisfatório para as duas turmas, foi observado que ambas as turmas deixaram a 5 questão incompleta, pois a maioria alega não saberem desenhar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provocada pela constatação de que os adolescentes do município de Delmiro Gouveia e cidades sertanejas vizinhas apresentavam certa defasagem de conhecimento acerca da temática sinalizações de trânsito, quando de ações educativas tema nas escolas do município, decidimos apresentar uma proposta relacionada ao Programa de Educação para o Trânsito (PET), de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com a segurança do trânsito, responsáveis e conscientes na busca da melhoria da vida em sociedade. A tomada do conteúdo transversal na esfera escolar se deu pela formulação de uma sequência didática voltada às séries finais do Ensino Fundamental, aplicada como estudo de caso em duas escolas desse espaço geográfico.

A necessidade de construção de saberes sociais e científicos significativos, com uma proposta interdisciplinar, permitiu perceber que questões como aprendizagem significativa e formação de leitores críticos são ordem do dia. Neste sentido, a sequência didática pretende fornecer um esquema que possa contribuir acerca de temas transversais contemporâneos como cidadania e civismo ao fornecer um passo a passo para o docente, especialmente o de Língua Portuguesa, trabalhando gêneros orais e escritos e utilizando, como plano de fundo, questões de letramentos, com a utilização de cartilhas, vídeos e imagens.

Percebe-se que os discentes tendem a reconhecer os significados das principais placas de trânsito dispostos no CTB, as regras sobre as normas de circulação e conduta principalmente sobre as condutas na direção de motonetas, motocicletas e ciclomotores. As atividades, no processo de desenvolvimento do conteúdo, revelam a eficácia da SD, como também apontam sujeitos críticos, capazes de multiplicar e de propor ações fundamentais para o convívio coletivo.

A aplicação da SD nas escolas trouxe uma oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem com os temas transversais. A escola, o aluno e a sociedade em geral (e os órgãos governamentais, em específico) devem enxergar temas transversais como importante na formação dos sujeitos. Outra reflexão é se os profissionais da educação no seu curso de formação, especialmente no curso de letras, foram preparados para disseminar conteúdos que atentam para essa questão. Diante desses questionamentos, o trabalho aponta para que outros estudos se coloquem a caminho da investigação em relação a questões sociais permeadas por códigos linguísticos não verbais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Fátima; MEIRA, Vanderleia Lucena. A sequência didática no contexto do Ensino Fundamental: relações entre a concepção docente e o planejamento de atividades. **Soletras**, n. 35, p. 274-294, 2018.
- ARAÚJO, Denise Lino. O que é (e como faz) sequência didática? **Entrepalavras**. v.3, n.1, Fortaleza, p. 322-334, 2013.
- ARAÚJO, Julyver Modesto de. **Código de Trânsito Brasileiro**: legislação de trânsito anotada. 6. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2016.
- AUSUBEL, D. P. **Algun os aspectos psicológicos de La estructura Del conocimiento**. Buenos Aires: El Ateneo, 1973.
- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. **Caderno didático. Políticas Públicas e Direito à Cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais** Rio de Janeiro, p.126, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Eudes Dias. **Letramentos e multiletramentos**: um estudo etnográfico com professores em uma escola pública estadual na cidade de Itabuna-BA. 2014.108 f. Dissertação de Mestrado(Estudos da Linguagem). Ilhéus, 2014.
- BARBOSA, Gilvaneide Ferreira de Melo. **Educação para o trânsito**: considerações didático-pedagógicas para a educação básica. 2018. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.
- BARBOSA, Vânia Soares; ARAÚJO, Antonia Dilamar; ARAGÃO, Cleudene de Oliveira. Multimodalidade e multiletramentos: análise de atividades de leitura em meio digital. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 16, n. 4, p. 623-650, 2016.
- BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. As reconcepções do trabalho docente no processo de transposição didática de gêneros. In: BARROS, Eliana Merlin Deganutti de; RIOS-REGISTRO, Eliane Segati (Org.). **Experiências com Sequências Didáticas de Gêneros Textuais**. Campinas: Pontes, 2014. p. 41-68.
- BARROSO, Terezinha. Gênero textual como objeto de ensino: uma proposta de didatização de gêneros do argumentar. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 2, p. 135-156, 2011.
- BARTON, David. **Literacy: an introduction to the ecology of written language**. Oxford: Blackwell, 1994.
- BATISTA, Rozilene da Costa; OLIVEIRA, Júlia Emanuely; RODRIGUES, Silvia de Fátima Pilegi. Sequência didática–Ponderações teórico–metodológicas. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino–ENDIPE**, 2017.
- BEAUCLAIR, João. Aprendizagem significativa e construção de Diários de Bordo: configurando registros na práxis de formação em Psicopedagogia. **Revista Científica FAI**, vol. 5, n. 1, 2005.

BORGES, Flávia Girardo Botelho. Os gêneros textuais em cena: uma análise crítica de duas concepções de gêneros textuais e sua aceitabilidade na educação no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 12, n. 1, p. 119-140, 2012.

BRASIL – Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC no contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf> Acesso em: 24 Jun. 2020.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVC). **Boletim Epidemiológico. Mortalidade por lesões decorrentes do trânsito no Brasil, 2000 a 2016**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2018_analise_situacao_saude_doe_ncas_agrivos_cronicos_desafios_perspectivas.pdf>. Acessado em: 07 Fev. 2021.

BRASIL – Departamento Nacional de Trânsito/Denatran. **Resolução nº 638 do Contran**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/images/Resolucoes/Resolucao6382016.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. **Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Código Trânsito Brasileiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**: Pensamento e Ação no Magistério. São Paulo: Scipione, 1998.

CEIA, Rosa Maria Mesquita. Projeto Bi-BiFom-Fom: Aprender a conviver com o trânsito. **Revista Online**, 2020. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0025.html>> Acessado em 14 jul. 2020.

COSTA, Jaciara Carvalho; CARNEIRO, Monica Fontenelle. Letramento digital e suas implicações no processo ensino aprendizagem. **Revista TICs & EaD em Foco**. v.4, n. especial. São Luís, 2018.

COSTA, Klébia Ribeiro. **Letramento no trânsito**: eventos e práticas na formação de condutores de veículos. 2013. P.121. Dissertação de Mestrado (Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012b.

CZERWONKA, Mariana. **Afinal, o que é trânsito?** Uma contribuição da psicologia. 2014. Disponível em <<https://bityli.com/lvdcLA>> Acessado em: 22 jun. 2020.

DENATRAN. **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito: 147/2009**. Disponível em: <http://vias-seguras.com/educacao/educacao_ao_transito_regulamentacao/diretrizes_nacionais_da_educacao_ao_para_o_transito/portaria_denatran_147_2009> Acessado em 07 Jan. 2021.

DIOGO, Emilli Moreira; GORETTE, Milena da Silva. Letramento e Alfabetização: uma prática pedagógica de qualidade. In: **X Congresso Nacional de Educação–EDUCERE**, Paraná: Pontifícia Universidade Católica, p. 121, 2011.

DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e para o escrito: apresentação de um procedimento. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad.e Org.: Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Mercado de Letras. Campinas, 2004, p. 95-128.

EUZÉBIO, Michelle Donizeth; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. Usos sociais da escritura: um estudo sobre práticas e eventos de letramento na experiência de professores alfabetizadores. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 13, n. 1, p. 13-34, 2013.

FRANZ, Cristine Maria; SEBERINO, José Roberto Vieira. **A história do trânsito e sua evolução**. Joinville:[s. n], 2012.

GARCIA, Clarisse; *et al.* Multiletramentos no ensino público: desafios e possibilidades. **Revista Práticas de Linguagem**, v. 6 especial, Juiz de Fora, p. 123-134, 2016.

HAMILTON, M. Substantiable Literacies and the Ecology of Lifelong Learning. In: Harrison, R. R. F.; HANSON, A.; CLARKE, J. (Org.) **Supporting Lifelong Learning**. v. 1: Perspectives on Learning. Routledge: Open University Press, 1998.

HONORATO, Cássio Mattos. **Sansões do Código de Trânsito Brasileiro. Rede Virtual de Bibliotecas**. Campinas/SP, 2004. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:livro:2004;000701668>> Acessado em 22 Jun. 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados demográficos de Delmiro Gouveia código, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/delmiro-gouveia.html?>> Acessado em 22 Jun. 2020.

INTEL. O valor da TIC (Tecnologia da Informação e Comunicações) na educação. 2012. Disponível em <<https://www.intel.com.br/content/dam/www/public/lar/br/pt/documents/flyers/ICT%20benefits-graphic-4.pdf>> Acessado em 10 Jun. 2020.

KRIGGER, Ilson Idalécio Marques. **O sistema trânsito**: Livro digital. Palhoça:UnisulVirtual, 2016.

LEFFA, Vilson. A Linguística Aplicada ao seu compromisso com a sociedade. **Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**, 6., 2001. Belo Horizonte: Associação de Linguística aplicada Brasil, 2001. p 1-15.

LIMA, Jucileide; *et al.* Multimodalidade textual como prática docente na Educação infantil. **Revista ESPACIOS**, 2019.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. Reflexões sobre os Conceitos de Alfabetização e Letramento Apresentados por Professores de Educação Infantil. **Teoria e Prática da Educação**, v. 13, n. 3, p. 109-119, 2010.

MANTOVANI, Sérgio Roberto. **Sequência didática como instrumento para a aprendizagem significativa do efeito fotoelétrico** Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, P. 54, 2015 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/136233>> Acesso em: 12 Ago. 2020.

MARTINS, Edson; SPECHELA, L. A importância do letramento e da alfabetização. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades**, p. 1- 11, 2012.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO JORGE, Maria Helena P. de; LATORRE, Maria Rosário D. O.. Acidentes de trânsito no Brasil: dados e tendências. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S19-S44, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Jun. 2020.

MELO, Amanda Monteiro. Canteiro discursivo: transposição alagoana do rio São Francisco uma intervenção cíclica no semiárido?. **Revista Rumos da História**. v. 8, p. 60-89, 2018.

MODROW, Elizabeth Sant'Ann ; Márcia Barbosa da Silva. A escola e o uso das TIC: limites e possibilidades. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Cadernos PDE**, Versão On-line ISBN 978-85-8015-076-6, p. 5-21, 2013.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

NETO, Irando Alves Martins. A importância do ensino de gêneros orais na formação do aluno como sujeito ativo na sociedade. **Revista digital do curso de Letras**. Edição especial Ensino de língua portuguesa, 2012.

NOGUEIRA, Ana Luiza Rangel. Importância do trânsito na história e as mudanças implementadas no crime de embriaguez ao volante. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50483/importancia-do-transito-na-historia-e-as-mudancas-implementadas-no-crime-de-embriaguez-ao-volante>. Acesso em: 29 jun 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França (Org.). **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Cláudio. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, 2015.

OSIAS, Juliene Paiva Araújo. Os gêneros orais como objeto de ensino. **Rev. Eletrônica Temática**. Ano VI, n. 08, Ago. 2010. Disponível em <<http://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/LD-Os-generos-orais-como-objeto-de-ensino-OSIAS-Juliene-Paiva-de-Araujo.pdf>>. Acessado em: 09 de Jan de 2021.

PINHEIRO, Regina Cláudia. Conceitos e modelos de letramento digital: o que escolas de ensino fundamental adotam? **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 603-622, set./dez. 2018.

PIRES, Maria das Graças Porto; COSTA, Margareth Correia Fagundes; FERREIRA, Lúcia Gracia. Alfabetização e Letramento: Concepções e Práticas. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**. v. 12. PPGE-UFPI, 2007.

PORTARIADO DENATRAN 147/2009. **Anexo II: Ensino fundamental**. Disponível em: file:///C:/Users/M&M/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/PORTARIA_DENATRAN_147_09_ANEXO_II_DIRETRIZES_EF%20(1).pdf. Acessado em 07 de Janeiro de 2021.

PREDIGER, Angélica; KERSCH, Dorotea Frank. Usos e desafios da multimodalidade no ensino de línguas. **Signo**, v. 38, n. 64, p. 209-227, 2013.

RODRIGUES, Alesandro Moreira. Educação para o trânsito: a necessidade de uma maior atuação por parte dos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. **Gestão de Trânsito- Unisul Virtual**, 2018.

SANTOS, Andrezza Santos. Os gêneros textuais na sala de aula: a reportagem. **Periódico de Divulgação Científica da FALS. V - Nº XI. SSN 1982-646X. 2011.**

SANTOS, Jailze de Oliveira. Eventos e práticas de letramento: recortes de uma experiência. **Trabalho apresentado no V SIGET, Simpósio Internacional do Estudo de Gêneros Textuais**. Caxias do Sul – RG, 2009b.

SANTOS, R. X.;CORREIA, P. G.; Almeida, R. S. de. Canal do Sertão de Alagoas: território destinado para o agronegócio?. **Diversitas Journal**, n. 5(1), 2020, 153-161. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i1-1067>.

SILVA, Vanely Cristiany Oliveira .Multiletramentos: desenvolvimento de habilidades de escrita de textos em contextos digitais. **IV Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa**, 2014.

SIMIONI, Viviane. Educação e Trânsito: uma mistura que dá certo. **Simpósio de Educação: Formação de Professores no contexto da Pedagogia histórico-crítica**, 2005.

SOARES, M. B. Letramento:um tema em três gêneros. **Autêntica Alfabetização e Letramento**. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista brasileira de educação**, n. 25, p. 5-17, 2003.

SOBRINHO, José Almeida. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SOUZA, Hélio José Rello. Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia. **Dissertação de Mestrado**, UFRJ, Rio de Janeiro/2002.

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TEIXEIRA, Lucia. Gêneros orais na escola. Bakhtiniana, **Revista Estud. Discurso**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 240-252, Junho 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 22 Jun. 2020.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? **Rev.Práticas de Leitura e Escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VIEIRA, Mauricéia Silva Paula. Letramento digital: o uso de tecnologias da informação e da comunicação no ensino da leitura. **Anais do Simpósio Internacional de Letras e Linguística - SILEL**. Vol. 3, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

WITTKKE, Cleide Inês. **Gêneros Textuais: Perspectivas teóricas e práticas**. Rio Grande do Sul: Editora e Gráfica Universitária, 2012.

XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais:** novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

APÊNDICE A: Avaliação Diagnóstica

Discente: _____

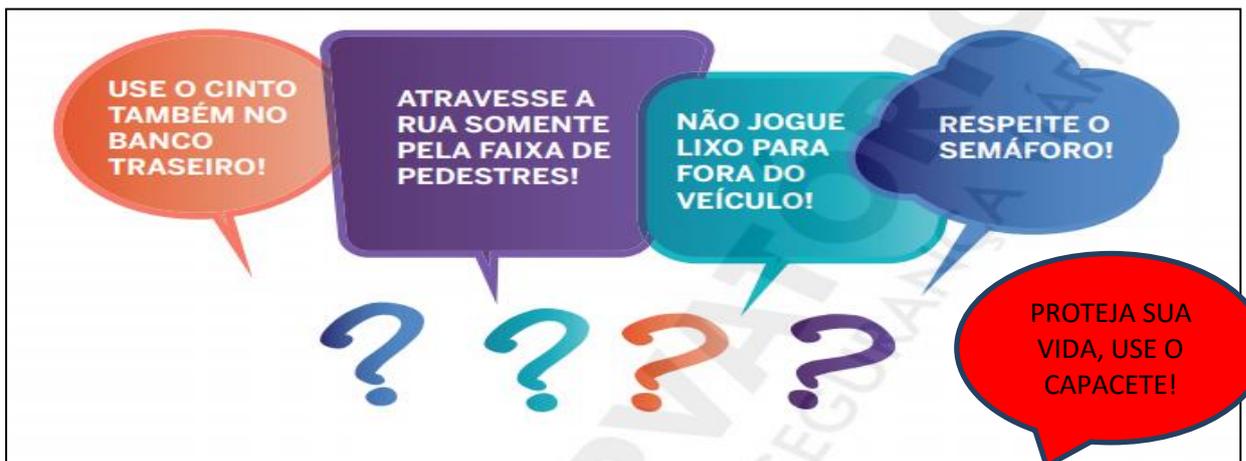
Turma: _____

- a) Observe a figura abaixo. Qual deve ser o tema do nosso encontro?



- b) Você conhece alguma(s) das placas de trânsito da figura anterior? Destaque até três e cite qual o significado delas.

Com base na imagem abaixo, responda o que se pede.



Fonte: Adaptado - Educa Educação para mobilidade consciente (2019)

3 - Essas regras são seguidas por você, por seus familiares e pelos moradores do seu bairro?

4 - Placas de trânsito possuem formas, cores e alturas diferentes que permitem que as pessoas possam visualizar e compreender o que estão querendo transmitir. A respeito disso por que as placas de trânsito possuem tais características?

5 - Em sua opinião, qual a importância das sinalizações de trânsito?

APÊNDICE B –Atividade de Fixação

Discente: _____

Turma: _____

- 1- A sinalização de trânsito é importante para pedestre e ciclistas. Considerando a imagem a seguir, reflita quanto à circulação de pedestres e ciclistas nas vias. O que poderia ser feito para melhorar a segurança no local?



Fonte da Figura: Adaptado de Educa Educação para mobilidade consciente (2019).

- 2 – O trecho da música a seguir “Rua da passagem” do compositor e cantor pernambucano Lenine, descreve atitudes no trânsito.

“Os curiosos atrapalham o trânsito
 Gentileza é fundamental
 Não adianta esquentar a cabeça
 Não precisa avançar no sinal
 Dando seta pra mudar de pista
 Ou pra entrar na transversal
 Pisca alerta pra encostar na guia
 Pára brisa para o temporal
 Já buzinou, espere, não insista,
 Desencoste o seu do meu metal
 Devagar pra contemplar a vista
 Menos peso do pé no pedal
 Não se deve atropelar um cachorro
 Nem qualquer outro animal

Todo mundo tem direito à vida
Todo mundo tem direito igual
Todo mundo tem direito à vida
Todo mundo tem direito igual”

Com base na leitura desse fragmento, o que pode ser destacado sobre “trânsito”?

3 – Ainda com base na canção da questão anterior faça uma ilustração de acordo com seu contexto.



4 - Os princípios básicos que regem a concepção e a implantação da sinalização vertical de trânsito incluem, entre outros,

- a) Clareza e visibilidade.
- b) Suficiência e legalidade.
- c) Oportunidade e visibilidade.
- d) Precisão e autoexecutoriedade.
- e) Imperatividade e confiabilidade.

5 - De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito (CBT), os sinais de trânsito possuem uma classificação. Quais são os tipos de sinais de trânsito?

APÊNDICE C– Atividade de Revisão

Discente: _____

Turma: _____

1- Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira:

- (1) Ajuda na sinalização das ruas, usa apito e gestos
- (2) Informam a situação da rua ou chama atenção de pessoas
- (3) Luzes coloridas para orientar os pedestres e veículos
- (4) São largas listras pintadas no asfalto

- () Faixas de segurança
 () Guarda de trânsito
 () Placas de trânsito
 () Semáforo

2 – De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito (CBT), os sinais de trânsito possuem uma classificação. Neste sentido, caracterize abaixo os tipos de sinalizações.

A – Sinalização de trânsito horizontal

B – Sinalização de trânsito vertical

C - Sinais sonoros

D- Sinais por gestos

E– Sinais luminosos

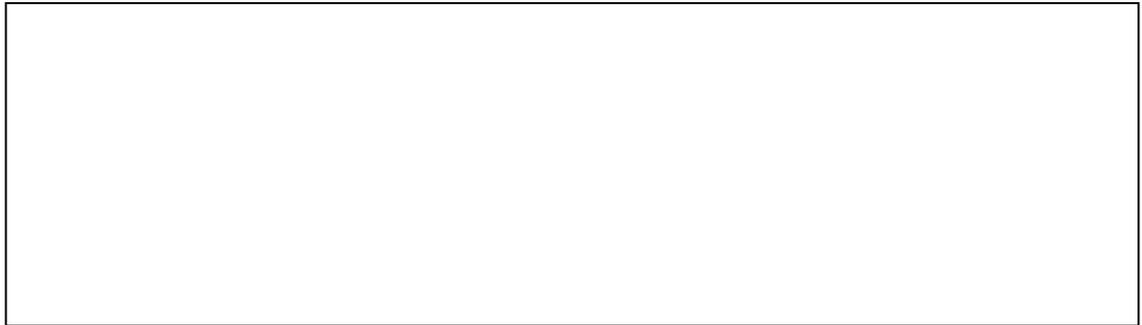
3 – Quais os significados das placas a seguir?

Sinal	Significado	Sinal	Significado
			
			
			
			
			
			

4 – Após nossos encontros, quais atitudes poderiam ser diferentes por parte de:

- a) Condutores (motociclistas, motoristas) / Moto taxistas
- b) Motoristas de ônibus escolar
- c) Pedestres

5 – Onde você mora a sinalização de trânsito? Imagine o a vizinhança e em qual lugar você acredita que a sinalização de trânsito poderia ajudar? Desenhe um mapa do local selecionado e inclua as sinalizações necessárias que julgar para a segurança de trânsito do lugar em que você mora.



6 - De acordo com o Art. 87 do Código Brasileiro de Trânsito, assinale a alternativa que corresponde a uma das classificações dos sinais de trânsito.

- a) Foscos
- b) Perpendiculares
- c) Luminosos
- d) Transversais
- e) Fixo

ANEXO 1:

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO III

Das normas gerais de circulação e conduta

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

- I - utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;
- II - segurando o guidom com as duas mãos;
- III - usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

- I - utilizando capacete de segurança;
- II - em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;
- III - usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.

Art. 57. Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada, proibida a sua circulação nas vias de trânsito rápido e sobre as calçadas das vias urbanas.

Parágrafo único. Quando uma via comportar duas ou mais faixas de trânsito e a da direita for destinada ao uso exclusivo de outro tipo de veículo, os ciclomotores deverão circular pela faixa adjacente à da direita.

Capítulo VII

Da Sinalização de Trânsito

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

§ 2º O CONTRAN poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista neste Código.

§ 3º A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é de seu proprietário.

Art. 81. Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.

Art. 82. É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

Art. 83. A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 84. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

Art. 86. Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo CONTRAN.

Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do art. 181 desta Lei deverão ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido.

Art. 87. Os sinais de trânsito classificam-se em:

- I - verticais;
- II - horizontais;
- III - dispositivos de sinalização auxiliar;
- IV - luminosos;
- V - sonoros;
- VI - gestos do agente de trânsito e do condutor.

Art. 88. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

Parágrafo único. Nas vias ou trechos de vias em obras deverá ser afixada sinalização específica e adequada.

Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência:

- I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais;
- II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais;
- III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

§ 2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização.